



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Acompanhamento Econômico - Seae

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Brasília – 2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Relatório de Gestão do exercício 2015 apresentado aos órgãos do controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Secretaria está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU 146/2015, da Portaria TCU 321/2015 e da Portaria CGU 522/2015.

Brasília – 2016

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	4
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	7
FIGURAS	7
APRESENTAÇÃO	9
1 – VISÃO GERAL DA UNIDADE	10
1.1 – Finalidade e Competências Institucionais	10
1.2 – Organograma Funcional	12
1.2 – Informações sobre áreas ou subáreas estratégicas	14
1.3 – Macroprocessos Finalísticos	18
1.4 - Macroprocessos de Apoio	20
2 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	20
2.1 – Planejamento organizacional	20
2.2 – Descrição dos objetivos do exercício	23
2.3 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos planos	40
2.4 – Desempenho Orçamentário	40
2.5 – Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	40
2.6 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	41
2.7 – Ações da Lei Orçamentária Anual sob Responsabilidade da Seae	41
2.8 – Ações – Orçamento de Investimento	46
2.9 – Restos a pagar de exercícios anteriores	48
2.10 – Informações sobre execução das despesas	49
2.11 – Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal	51
2.12 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho	52
2.12.2 - Indicadores de Eficácia	53
3 – GOVERNANÇA	55
3.1 – Descrição das estruturas de governança	55
3.2 – Gestão riscos e controles internos	56
4 –RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	56
4.1– Canais de acesso do cidadão	56
4.3 – Carta de Serviços ao Cidadão	57
4.4 – Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	57
5 –DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	57
5.1 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio	57
5.2 – Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	60
5.3 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	64
5.4 – Informações sobre a conformidade contábil	70
6 – ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	72
6.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade	72
6.1.2 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal	74
6.1.3 – Contratação estagiários	74
6.2 – Gestão de Tecnologia da Informação	75
6.2.1 – Plano Estratégico de TI	75
6.2.2 – Principais Sistemas de Informação	76
7 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	78
7.1. CONSIDERAÇÕES	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU – Advocacia-Geral da União
AIR – Análise do Impacto Regulatório
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
APLV – Alergia à Proteína do Leite de Vaca
ATA – Assistente Técnico-Administrativo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIOBRAS – Emprega para Gestão do Licenciamento de Pesquisa nos Biomas Brasileiros
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior
CBA – Código Brasileiro de Aeronáutica
CEIB – Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel
CESEAE – Comissão de Ética Setorial da SEAE
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CFC – Centro de Formação de Condutores
CGPAC – Conselho Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento
CGU – Controladoria Geral da União
CIMA – Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool
CIP – Conselho Interministerial de Preços
CIPAD – Pós-Graduação em Administração Pública
CMED – Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COGAM – Coordenação-Geral de Análise de Mercados
COGAP – Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais
COGAS – Coordenação-Geral de Competitividade e Análise Setorial
COGCE – Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado
COGCI – Coordenação-Geral de Concorrência Internacional
COGCM – Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia
COGDC – Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência
COGEF – Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil
COGEN – Coordenação-Geral de Energia
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

COGES I – Coordenação de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros
COGES II – Coordenação-Geral de Recursos Tecnológicos e Informacionais
COGIR – Coordenação-Geral de Indústrias de Rede e Sistema Financeiro
COGPA – Coordenação-Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais
COGSA – Coordenação-Geral de Economia e Saúde
COGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação
COGTL – Coordenação-Geral de Transportes e Logística
COGUN – Coordenação-Geral de Infraestrutura Urbana e Recursos Naturais
CONEP – Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços
CPD – Centro de Processamento de Dados
CRMM – Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos
CTCOB – Câmara Técnica de Cobrança em Recursos Hídricos
DAP – Departamento de Abastecimento e Preços
DBR – Declarações de Bens e Rendas
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EPM – Enterprise Project Management
ESAF – Escola de Administração Fazendária
FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo
FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FGV – Fundação Getulio Vargas
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GDI - Gerência de Documentação e Informação
GEPAC – Grupo Gestor do PAC
GEREN-RJ - Gerência de Gestão – Unidade Descentralizada RJ
GERIT – Gerência de Infraestrutura Tecnológica
GEROF – Gerência de Orçamento, Finanças e Patrimônio
GERHU - Gerência de Recursos Humanos
GERSI – Gerência de Sistemas de Informação
GMC – Grupo de Mercado Comum do Sul
GTI – LETEC - Grupo Técnico Interministerial de Revisão da Lista de Exceção à TEC
GTIP – Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público
ICN – *International Competition Network*
ISP – Índice de Serviços Postais
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MGP – Metodologia de Gestão de Projetos
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU – Orçamento Geral da União
OMC – Organização Mundial do Comércio
OS – Ordem de Serviço
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PEC – Projeto Estratégico Corporativo

PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico

PL – Projeto de Lei

PLV - Projeto de Lei de Conversão

PMIMF – Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda

PPA – Plano Plurianual

PPP – Parceria Público-Privada

PRO-REG - Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório

RFB – Receita Federal do Brasil

SAMF/DF – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal

SAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais

SBDC – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SDE – Secretaria de Direito Econômico

SEAC – Serviço de Acesso Condicionado

SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico

SEAP – Secretaria Especial de Abastecimento e Preços

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SINMETRO – Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial

SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão

SISG – Sistema de Serviços Gerais

SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática

SPE – Secretaria de Política Econômica

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento

TAV – Trem de Alta Velocidade

TCU – Tribunal de Contas da União

TEC – Tarifa Externa Comum

TI – Tecnologia da Informação

UG – Unidade Gestora

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 - Informações sobre áreas estratégicas	13
Quadro 2 - Planejamento 2015 da Área Administrativa da SEAE e seus resultados	22
Quadro 3 - Planejamento da Área Finalística da SEAE e seus resultados	26
Quadro 4 - Informações sobre a Ação Orçamentária “Manifestações sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais”	40
Quadro 5 - Informações sobre a Ação Orçamentária “Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins Comerciais”.	42
Quadro 6 - Informações sobre a Ação Orçamentária “Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico”	43
Quadro 7 - Informações sobre a Ação Orçamentária “Administração da Unidade”	44
Quadro 8 - Informações sobre a Ação do Orçamento de Investimento "Manifestação sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais"	45
Quadro 9 - Informações sobre a Ação do Orçamento de Investimento "Homologação e Acompanhamento de Atividades em Moldes Concorrenciais"	46
Quadro 10 - Informações sobre a Ação do Orçamento de Investimento "Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico"	46
Quadro 11 - Informações sobre a Ação do Orçamento de Investimento "Administração da Unidade"	47
Quadro 12 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	47
Quadro 13 - Despesas por modalidade de contratação	48
Quadro 14 - Despesas por grupo e elemento de despesa	49
Quadro 15 - Concessão de suprimento de fundos	50
Quadro 16 - Utilização de suprimento de fundos	50
Quadro 17 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	51
Quadro 18 - Taxas utilizadas para depreciação	58
Quadro 19 - Balanço Patrimonial	63
Quadro 20 - Demonstrações das Variações Patrimoniais	65
Quadro 21 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	66
Quadro 22 - Balanço Financeiro	67
Quadro 23 - Balanço Orçamentário	68
Quadro 24 - Força de Trabalho da UPC	72
Quadro 25 - Distribuição da Lotação Efetiva	72
Quadro 26 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC	72

FIGURAS

Figura 1 - Organograma atual da Secretaria de Acompanhamento Econômico	12
--	----

TABELAS

Tabela 1 - Composição Imobilizado	65
-----------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, na Decisão Normativa TCU nº 146 de 30 de setembro de 2015 e na Portaria TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015 , que especificam a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação e dispõem sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão, esta Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) apresenta seu Relatório de Gestão Individual referente ao exercício de 2015.

O Relatório identificará, inicialmente, a Seae, sua finalidade e competências institucionais, seu organograma e atribuições de suas diferentes áreas, bem como seus principais macroprocessos finalísticos e de apoio. Em seguida, trará informações acerca de seu planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, e os indicadores de gestão que permitem aferir a eficiência, eficácia e economicidade de sua ação administrativa. Discorrerá, depois, acerca de sua estrutura de governança, de seu relacionamento com a sociedade, e de seu desempenho financeiro e informações contábeis.

Ademais, trará dados situacionais acerca dos recursos humanos e tecnológicos, e do atendimento a demandas de órgãos de controle. Por fim, trará os resultados alcançados pela Seae em 2015.

1 – VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 – Finalidade e Competências Institucionais

Nos moldes do Decreto nº 8.391/2015, que estabelece a estrutura regimental do Ministério da Fazenda, a Seae é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao MF, criado por meio da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995. A Secretaria funciona em Brasília e conta com uma Unidade Descentralizada no Estado de São Paulo. O endereço do sítio eletrônico desta Seae é: <http://www.seae.fazenda.gov.br>. Abaixo seguem os endereços das Unidades:

Brasília: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF
Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798

São Paulo: Av. Prestes Maia, 733 - Sala 1501
Edifício do Ministério da Fazenda - São Paulo - SP – CEP 01031-001
Telefone: +55 11 2113-2032 - Fax: +55 11 2113-2034

A Seae é um dos órgãos do Poder Executivo encarregado de acompanhar os preços da economia, subsidiar decisões em matéria de reajustes e revisões de tarifas públicas, tendo atribuições em três esferas distintas, a saber: defesa e promoção da concorrência, regulação econômica e acompanhamento de mercados não regulados.

Desde sua criação em 1995 e até o início de 2003, a principal vertente de atuação da Seae era a defesa da concorrência. Contudo, o governo federal priorizou crescentemente, em sua agenda, temas atinentes à regulação econômica e ao acompanhamento de mercados e a Secretaria passou a ser muito demandada neste sentido.

A partir de abril de 2007, houve alteração nas atribuições da Seae sob demanda do Senhor Ministro de Estado da Fazenda e em colaboração com a Secretaria Executiva. As alterações visavam à incorporação pela Seae de grande parte das atribuições de acompanhamento dos planos de desenvolvimento do governo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No que tange ao PAC, ficou estabelecido que a Seae, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), seria a representante do Ministério da Fazenda no Grupo Gestor do PAC (GEPAC). A Secretaria passou a frequentar a maioria das salas de situação, a emitir pareceres sobre os impactos econômicos e dar o posicionamento do Ministério da Fazenda nas ações do referido plano de desenvolvimento.

Na área de defesa e promoção da concorrência, a Seae era responsável pela análise econômica de atos de concentração, no âmbito da antiga Lei de Defesa da Concorrência, a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. Contudo, essa Lei foi revogada pela Lei nº 12.529/2011. A nova Lei antitruste entrou em vigor em maio de 2015 e, além de institucionalizar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)¹, transferiu da Seae para o CADE a competência de instruir e analisar atos de concentração econômica e conferiu a essa Secretaria a função de promover a advocacia da concorrência perante a sociedade e órgãos de governo.

A promoção ou advocacia da concorrência refere-se ao papel educativo e preventivo das autoridades antitruste na promoção da cultura concorrencial e ao papel de direta ou indiretamente, essas autoridades influírem na formulação das demais políticas públicas, de modo a garantir que incentivo à concorrência.

No que se refere à área de regulação, a atuação da Seae busca elevar a eficiência dos mercados por meio da redução de barreiras à concorrência e à inovação. A Secretaria trabalha permanentemente na proposição de novos modelos de regulação, na reforma dos modelos existentes e na desregulamentação de setores específicos, contribuindo na elaboração de arcabouços regulatórios de setores e agências

¹ Com Lei nº 12.529/2011 foi criado o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), composto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae).

governamentais, no acompanhamento da variação de preços (inflação) com enfoques específicos e visão de comportamento de mercados. O objetivo dessas ações é atualizar regulamentações econômicas, de modo a estimular a concorrência e permitir aos mercados a autodeterminação de suas principais variáveis. Essa atividade visa ainda ao fornecimento de subsídios para elaboração de políticas econômicas, uma vez que a Seae possui a visão do lado real da economia, ou seja, do comportamento de preços e evolução da economia, principalmente. Sempre que possível, busca-se a eliminação parcial ou completa de normas que dificultem o acesso de novos produtores ao mercado como forma de melhorar, por meio da maior competição, o desempenho de um segmento específico.

Além disso, e em virtude das competências atribuídas ao Ministério da Fazenda pelo art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29.6.1995, – Lei do Real, a Seae tem a função de fixar normas e critérios para a concessão de reajustes e revisões de preços públicos e tarifas de serviços públicos, observadas as competências das Agências Reguladoras, criadas após o advento da referida Lei.

O acompanhamento de mercados representa a terceira esfera de atuação da Secretaria. A política de defesa da concorrência possui interfaces com outras políticas governamentais cujas consequências econômicas afetam os mercados nacionais e, com a abertura de mercados e globalização, afeta ainda mercados internacionais concorrentes. Assim, faz-se necessário que a formulação e a implementação das demais políticas públicas levem em conta os princípios competitivos, de modo a evitar distorções no mercado e preservar a consistência do conjunto de decisões governamentais. É nesse sentido que a política antitruste deve ser vista como o quarto pilar da política econômica governamental, juntamente com as políticas monetária, fiscal e comercial.

Tal interdependência é especialmente relevante no quadro de profundas transformações que a economia brasileira vem sofrendo nos últimos anos, as quais influenciam diretamente a ação do Executivo e, consequentemente, redefinem as atribuições de seus órgãos. No caso específico da Seae, o macroprocesso de acompanhamento de mercados reveste-se de importância fundamental, tendo em vista a intensificação da abertura comercial e da globalização dos mercados, a consolidação do Brasil como *global trader* e mercado consumidor de grande potencial; além da consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a decorrente ampliação do mercado consumidor regional e a mudança do papel do Estado, no âmbito dos serviços públicos e de infraestrutura, de interventor para regulador da economia.

A principal característica das atividades de acompanhamento de mercados está na diversidade de assuntos contemplados. Os esforços da Secretaria se concentram principalmente em quatro grandes áreas: (i) negociações internacionais (fóruns negociadores de alteração tarifária e acesso a mercados, por exemplo, Organização Mundial do Comércio (OMC) e MERCOSUL); (ii) defesa comercial (análise, sob a ótica da defesa da concorrência, do impacto de medidas antidumping e salvaguardas sobre o bem-estar do consumidor); (iii) acompanhamento de preços (coleta de informações e análise de impacto sobre os principais índices nacionais); e (iv) identificação e monitoramento de mercados disfuncionais (setores sujeitos a barreiras concorrenciais, como a proteção tarifária, os direitos antidumping, as barreiras técnicas ou regulatórias, dentre outras).

A Seae dedica-se, também, a atividades relativas à autorização e fiscalização de sorteios, prêmios e promoções comerciais levados a cabo por instituições financeiras e presta auxílio à Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da elaboração de pareceres, na defesa da União em processos em que esta é ré. O assessoramento à AGU se dá no âmbito de processos que envolvem, principalmente, preços de produtos, controlados ou não, e análise de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão e permissão.

Com a publicação do Decreto nº 8.391 de 16 de janeiro de 2015, a Secretaria passou por uma reestruturação que fortaleceu suas competências nas áreas de promoção da concorrência, financiamento em infraestrutura e fomento ao empreendedorismo e inovação. Assim, observa-se que a Seae expandiu suas atribuições em decorrência da maior complexidade que uma economia moderna e globalizada apresenta.

1.2 – Organograma Funcional

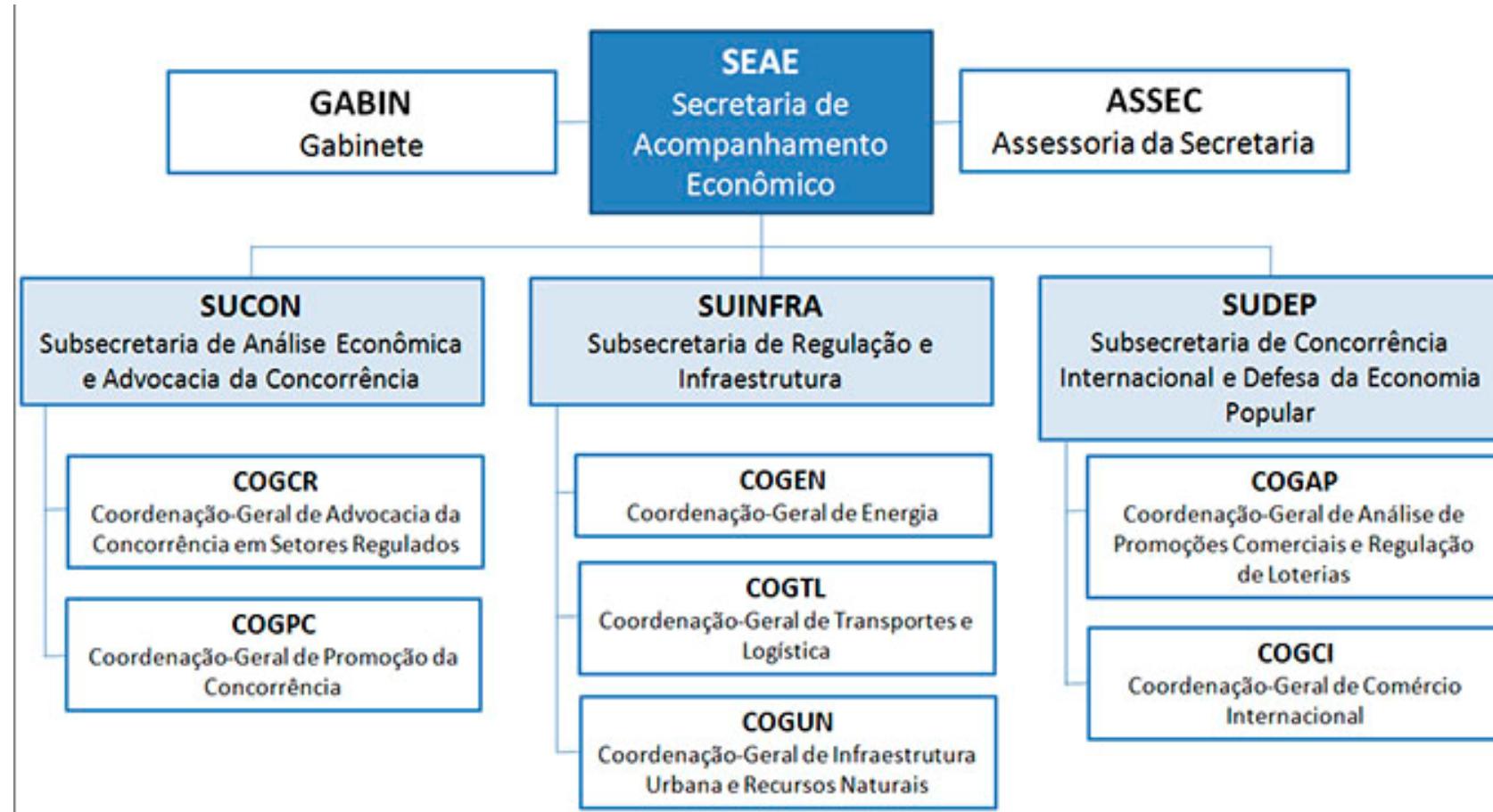
A estrutura funcional formal do final do exercício de referência desse relatório é apresentada abaixo:

Estrutura regimental dada pelo Decreto nº 8.391/2016:

- i) Subsecretaria de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência (SUCON):
 - Coordenação-Geral de Advocacia da Concorrência e Setores Regulados (COGCR)
 - Coordenação-Geral de Promoção da Concorrência (COGPC)
- ii) Subsecretaria de Regulação e Infraestrutura (SUINFRA):
 - Coordenação-Geral de Energia (COGEN)
 - Coordenação-Geral de Transportes e Logística (COGTL)
- iii) Subsecretaria de Concorrência Internacional e Defesa da Economia Popular (SUDEP):
 - Coordenação-Geral de Promoções Comerciais e Regulação de Loterias
 - Coordenação-Geral de Concorrência Internacional

A Figura 1 abaixo apresenta o atual organograma funcional da Seae.

Figura 1 - Organograma atual da Secretaria de Acompanhamento Econômico



1.2 – Informações sobre áreas ou subáreas estratégicas

O quadro abaixo detalha as principais competências da Secretaria e que estão dispostas no Decreto nº 8.391/2015.

Quadro 1 - Informações sobre áreas estratégicas

Áreas estratégicas	Competências	Titular e Período	Cargo
Subsecretaria de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência	I - opinar, quanto à promoção da concorrência, sobre propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, de consumidores ou usuários dos serviços prestados submetidos à consulta pública pelas agências reguladoras; II opinar, quando considerar pertinente, sobre minutas de atos normativos elaborados por entidade pública ou privada submetidas à consulta pública, nos aspectos referentes à promoção da concorrência; III - elaborar estudos para avaliar a situação concorrencial de setores específicos da atividade econômica nacional, de ofício ou quando solicitada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, pela Câmara de Comércio Exterior ou pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça ou órgão que vier a sucedê-lo; IV - elaborar estudos setoriais que sirvam de insumo para a participação do Ministério da Fazenda na formulação de políticas públicas	Leonardo Lima Chagas (09/02/2015 a 20/10/2015) Marcelo Leandro Ferreira (20/10/2015 a 24/02/2016)	Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência

	<p>setoriais, nos fóruns em que este Ministério tem assento; V - propor a revisão de leis, regulamentos e outros atos normativos da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, que afetem ou possam afetar a concorrência nos diversos setores econômicos do País; VI - manifestar-se acerca do impacto regulatório dos modelos de regulação e gestão, inclusive sobre empreendedorismo e inovação exarados de entes reguladores; VII - elaborar e submeter à apreciação do Secretário de Acompanhamento Econômico representação sempre que for identificado ato normativo que tenha caráter anticompetitivo; e VIII - representar junto ao Cade, caso identifique indícios de infração à ordem econômica, para a instauração de inquérito administrativo ou processo administrativo, nos termos do <u>§ 6º do art. 66 da Lei nº 12.529, de 2011.</u>”</p>		
Subsecretaria de Regulação e Infraestrutura	I - acompanhar a implantação dos modelos de regulação e gestão desenvolvidos pelas agências reguladoras, pelos Ministérios setoriais e pelos demais órgãos afins, manifestando-se, entre outros aspectos, acerca de: a) reajustes e revisões de tarifas de	Pablo Fonseca Pereira dos Santos (06/02/2015 a 05/11/2015)	Subsecretário de Regulação e Infraestrutura

	<p>serviços públicos e de preços públicos; b) processos licitatórios que envolvam privatização de empresas pertencentes à União, desestatização de serviços públicos ou concessão, permissão ou autorização de uso de bens públicos; e c) impacto regulatório dos modelos de regulação e gestão, inclusive sobre o empreendedorismo e a inovação, dos atos regulatórios exarados das agências reguladoras e dos Ministérios setoriais; II - analisar a evolução dos mercados, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos aos processos de desestatização e de descentralização administrativa; III - propor, coordenar e executar as ações de que participa o Ministério, relativas à gestão das políticas de infraestrutura; IV - propor a adoção de políticas regulatórias e concorrenceiais que propiciem o desenvolvimento e o financiamento da infraestrutura; V - propor, avaliar e analisar a implementação das políticas de desenvolvimento setorial, regional e de infraestrutura; e VI - formular políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e fortalecimento do mercado de capitais relativo aos projetos de infraestrutura</p>	
--	--	--

<p>Subsecretaria de Concorrência Internacional e Defesa da Economia Popular</p>	<p>I - acompanhar e analisar a evolução de variáveis de mercado relativas a setores e produtos ou a cadeias produtivas; II - manifestar-se, de ofício ou quando solicitada, acerca do impacto concorrencial de medidas em discussão no âmbito de fóruns negociadores relativos às atividades de alteração tarifária, ao acesso a mercados e à defesa comercial, ressalvadas as competências dos órgãos envolvidos; III - acompanhar e analisar os impactos de medidas relativas às atividades de alteração tarifária, ao acesso a mercados e à defesa comercial, ressalvadas as competências dos órgãos envolvidos; IV - promover a aproximação das práticas internas de promoção da concorrência, alteração tarifária, acesso a mercados e de defesa comercial com as práticas internacionais; V - autorizar, fiscalizar e normatizar, salvo hipótese de atribuição de competência a outro órgão ou entidade, as atividades de distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda, mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular, nos termos da <u>Lei nº 5.768, de 1971</u>; VI - autorizar, normatizar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as atividades de que</p>	<p>Pricilla Maria Santana (09/02/2015 a 06/04/2015) Andrea Pereira Macera (06/04/2015 a 25/02/2016)</p>	<p>Subsecretário de Concorrência Internacional e Defesa da Economia Popular</p>
---	---	---	---

	<p>tratam os Decretos-Leis nº 6.259, de 1944, e nº 204, de 1967; VII - autorizar e fiscalizar as atividades de que trata o art. 14 da Lei nº 7.291, de 1984; e VIII - avaliar e manifestar-se, de ofício ou quando solicitada, acerca de atos normativos e instrumentos legais que afetem a eficiência na prestação de serviços, produção e distribuição de bens</p>		
--	--	--	--

1.3 – Macroprocessos Finalísticos

A seguir, são discriminados os principais processos finalísticos da Seae, com a indicação dos produtos e/ou serviços gerados e seus clientes/usuários.

- Macroprocesso finalístico: Consultas Públicas das Agências Reguladoras.
Produto/Serviço gerado pela Seae: Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias.
Cliente/Usuário: Agências Reguladoras.
- Macroprocesso finalístico: Consultas Públicas Ministeriais.
Produto/Serviço gerado pela Seae: Parecer Técnico.
Cliente/Usuário: Ministérios.
- Macroprocesso finalístico: Análise de Atos Normativos.
Produto/Serviço gerado pela Seae: Parecer contendo manifestação da Seae.
Cliente/Usuário: Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda e Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.
- Macroprocesso finalístico: Avaliação de preços de medicamentos.
Produto/Serviço gerado pela Seae: Voto com posicionamento do Ministério da Fazenda sobre a regulação do mercado de medicamentos.
Cliente/Usuário: Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).
- Macroprocesso finalístico: Revisão do cálculo dos fatores X e Y.

Produto/Serviço gerado pela SEAE: Notas Técnicas contendo cálculo com os valores do Fator X (fator de produtividade da indústria farmacêutica) e Fator Y (preços intra-setor).

Cliente/Usuário: CMED.

- Macroprocesso finalístico: Reajuste das tarifas postais.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Nota Técnica contendo análise do cálculo do índice de reajuste das tarifas postais e minuta de portaria autorizando o reajuste.

Cliente/Usuário: Ministério das Comunicações.

- Macroprocesso finalístico: Reajuste dos planos e seguros privados de saúde.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Nota Técnica contendo manifestação da Seae.

Cliente/Usuário: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

- Macroprocesso finalístico: Acompanhamento da situação das obras do PAC.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Nota Informativa sobre o acompanhamento da situação das obras do PAC.

Cliente/Usuário: Salas de Situação do PAC/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- Macroprocesso finalístico: Reajuste de tarifas nas áreas de transporte e logística.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Nota Informativa contendo manifestação da Seae.

Cliente/Usuário: Agências Reguladoras das áreas de transporte e logística.

- Macroprocesso finalístico: Taxa Interna de Retorno de Projeto de Concessão de Infraestrutura - WACC.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Nota Técnica Conjunta Seae/STN.

Cliente/Usuário: STN.

- Macroprocesso finalístico: Modelagem de Projetos de Parceria Público-Privada.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Notas Técnicas e Pareceres referentes à modelagem de projetos de PPP.

Cliente/Usuário: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- Macroprocesso finalístico: Consulta de Defesa da Concorrência.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Notas Técnicas e Notas Informativas.

Cliente/Usuário: Congresso Nacional, Poder Judiciário, Ministério Público, Sociedade Civil, entre outros.

- Macroprocesso finalístico: Pleitos referentes à Resolução GMC 08/08.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Nota Técnica de resposta ao pleito.

Cliente/Usuário: Pleiteantes, Câmara de Comércio Exterior (Camex) e partes interessadas no pleito da Resolução GMC 08/08.

- Macroprocesso finalístico: Pedidos de suspensão por interesse público de medidas de defesa comercial, ao amparo do Art. 3º do Decreto nº 8.058/2013 e da Resolução Camex nº 13/2012.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Nota Técnica de avaliação do pedido.

Cliente/Usuário: Pleiteantes, Câmara de Comércio Exterior (Camex) e partes interessadas no pedido de suspensão ou na medida de defesa comercial aplicada.

- Macroprocesso finalístico: Requerimento de Autorização para Promoção Comercial.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Parecer Técnico deferindo ou indeferindo a promoção comercial.

Cliente/Usuário: Instituições financeiras e empresas diversas.

- Macroprocesso finalístico: Homologação e fiscalização de loterias.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Parecer Técnico deferindo ou indeferindo a homologação.

Cliente/Usuário: Caixa Econômica Federal.

Os principais parceiros da Seae no desempenho de suas atividades finalísticas são, internamente: a Secretaria Executiva (SE), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Gabinete do Ministro da Fazenda.

No âmbito externo, merecem menção os seguintes parceiros: as Agências Reguladoras, os ministérios setoriais, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Caixa Econômica Federal (CEF) e a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

1.4 - Macroprocessos de Apoio

Os principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da Seae estão discriminados a seguir.

- Macroprocesso de apoio: Manifestação Seae sobre atos normativos.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Parecer/Memorando contendo a manifestação da Seae sobre atos normativos.

Cliente/Usuário: Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda ou a Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda.

- Macroprocesso de apoio: Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias

Cliente/Usuário: Agências Reguladoras.

- Macroprocesso de apoio: Parecer Técnico.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Parecer Técnico.

Cliente/Usuário: Ministérios.

- Macroprocesso de apoio: Proposta Orçamentária Anual.

Produto/Serviço gerado pela Seae: Proposta orçamentária da Seae à Lei Orçamentária Anual.

Cliente/Usuário: Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil (COGEF) do Ministério da Fazenda.

2 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 – Planejamento organizacional

Em 2015, a Seae esteve inserida no contexto do planejamento estratégico do Ministério da Fazenda, consubstanciado no Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF). O Programa, elaborado e coordenado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, consiste em um conjunto de ações voltadas à construção de soluções coletivas e respostas aos desafios gerenciais comuns a diversos órgãos da estrutura do Ministério da Fazenda. Além da modernização da gestão e da busca por maior eficiência e eficácia das ações do Ministério no exercício de suas funções regimentais.

São premissas do PMIMF:

- Modelo de gestão descentralizado;
- Estrutura de governança baseada em instâncias colegiadas e estruturação de redes;
- Processo de construção coletiva;
- Transparência nas ações e *feedback*;
- Padronização de conceitos para facilitar a comunicação;
- Disseminação de melhores práticas de gestão;
- Respeito à cultura dos diversos órgãos integrantes da estrutura do MF;
- Definição de diretrizes para alinhamento estratégico das políticas de gestão do MF;
- Fortalecimento da estrutura central do MF no exercício das funções de planejamento, supervisão, coordenação e controle; e
- Foco em resultados.

Dentre os objetivos do Programa, destacam-se:

- A institucionalização de um processo de planejamento estratégico ministerial;
- A institucionalização de uma rede de inovação;
- A coordenação das ações de tecnologia de informação no contexto do Ministério;
- A implantação de políticas sustentáveis de recursos humanos e desenvolvimento de pessoas; e
- A programação de concursos e a gestão das competências transversais.

Um maior detalhamento do PMIMF, demonstrando seus objetivos estratégicos e seus processos e produtos, será realizado no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.

A Seae participa, atualmente, com cinco Projetos Estratégicos Corporativos (PECs) no PMIMF, sendo listados a seguir:

1. Título do PEC: PromoDigital e preservação da economia popular.

1.1. Objetivos: Criação de um Sistema de Tecnologia com vistas a melhorar e simplificar o modelo de autorização para as promoções comerciais de pequenos valores; e Estruturação do processo de fiscalização, no âmbito do MF (Seae), destinado ao treinamento e formação de equipe com os conhecimentos necessários à coibição dos crimes de lavagem de dinheiro, de acordo com a Lei 9.613, de 03 de março de 1988.

1.2. Situação: em andamento

1.3. Riscos: Atraso no cumprimento dos prazos do projeto, não implantação do sistema de TI, dificuldade no estudo da normatização do sistema de Tecnologia da Informação (TI), falta de estrutura e equipamentos para a área de fiscalização.

1.4. Orçamento global: R\$ 3.023.809,04.

- 1.5. Realizações em 2015:**
- Definição de requisitos para o desenvolvimento do Módulo II do SCPC – Autorização de promoções comerciais;
 - Desenvolvimento das seguintes funcionalidades no sistema: cadastro de regras gerais da promoção, solicitantes, abrangência, apuração, termo de responsabilidade e validações;
 - Planejamento das integrações com outros sistemas (SIAFI, SRF e COMPROT);
 - Desenvolvimento das seguintes funcionalidades do Módulo de Gestão SCPC, que permitirá a execução de todas as atividades necessárias para a gestão e manutenção das tabelas de suporte à autorização da promoção comercial: manutenção de taxa de fiscalização, manutenção de modalidade, manutenção de usuários, manutenção de instituições financeiras.
- 1.6. Estratégias internas de divulgação dos objetivos e resultados alcançados:**
- Reuniões com os servidores para a apresentação dos objetivos do projeto; e
 - Relatório mensal dos resultados do projeto e encaminhamentos necessários para os dois meses seguintes.
- 2. Título do PEC: Estruturação do Processo da Avaliação do Impacto Regulatório do Ministério da Fazenda.**
- 2.1. Objetivos:** Adoção pelos órgãos do Ministério da Fazenda do processo de análise de impacto regulatório na elaboração de suas políticas; e aumento do número de análises de impacto regulatório realizados por órgãos Ministério da Fazenda no processo de escolha de alternativas de suas políticas públicas e intervenções regulatórias.
- 2.2. Situação:** suspenso.
- 3. Título do PEC: Implantação do Programa Nacional de Promoção a Concorrência.**
- 3.1. Objetivo:** Estimular o desenvolvimento de um ambiente de negócios favorável à concorrência, disseminando a cultura da concorrência junto a órgãos públicos das três esferas de governo e dos três poderes, além de entidades da sociedade civil.
- 3.2. Situação:** em andamento.
- 3.3. Riscos:** Dificuldade na alocação das equipes, atraso na execução das tarefas e dificuldade de delegação de responsabilidades.
- 3.4. Orçamento global:** R\$ 127.673,60.
- 3.5. Realizações em 2015:**
- A versão final das apostilas foi revisada e concluída, assim como os textos de apoio (introdução e objetivos da comunidade, regras e conduta dos fóruns online); foi também definida a identidade visual da comunidade virtual de aprendizagem.
- 3.6. Estratégias internas de divulgação dos objetivos e resultados alcançados:**
- A Seae dispõe de mala direta dos interessados no projeto para divulgar as atualizações sobre as etapas executadas;
 - Para realizar a comunicação com os servidores dos estados, municípios e da União são encaminhados ofícios e mensagens eletrônicas pelo Secretário da Seae e pelos servidores da COGPC; e
 - Posteriormente, serão utilizadas as redes sociais para divulgação do projeto para sociedade civil e academia.
- 4. Título do PEC: Estruturação de Base de informações sobre Concessões.**
- 4.1. Objetivo:** Criação de um sistema de gestão do conhecimento em concessões públicas.
- 4.2. Situação:** Concluído.
- 4.3. Riscos:** Inexistência de recursos orçamentários e financeiros e insuficiência de recursos humanos para execução do projeto.
- 4.4. Orçamento global:** R\$ 101.252,40
- 4.5. Realizações em 2015:**

- Elaboração de três estudos: estudo da matriz de risco; avaliação das políticas tarifárias das concessões públicas; e estudo dos procedimentos de reversão de bens previstos nas concessões públicas.
 - Conclusão do estudo sobre políticas tarifárias.
- 4.6. Estratégias internas de divulgação dos objetivos e resultados alcançados:
- Foram realizadas reuniões e trocas de informações com outras Coordenações-Gerais da Seae.

5. Título do PEC: PEC 201215 - Metodologias para a Análise da viabilidade Econômico e Financeira de Concessões.
 - 5.1. Objetivo: Produzir um manual com metodologia para análise de viabilidade de projetos.
 - 5.2. Riscos: Inexistência de recursos humanos para execução do projeto; não desenvolvimento da ferramenta tecnológica, contingenciamento do orçamento do projeto, descasamento da alocação de recursos orçamentários com o escopo do projeto, não realização das tarefas nos prazos definidos.
 - 5.3. Orçamento global: R\$ 956.000,00.
 - 5.4. Situação: Pendente de autorização do Patrocinador para a redução do escopo e finalização do projeto.
 - 5.4. Realizações em 2015:
 - Foi entregue o produto Relatório de Intersecção e confeccionados 11 relatórios de monitoramento;
 - 5.5. Estratégias internas de divulgação dos objetivos e resultados alcançados:
 - Processo de comunicação interna com as áreas da Seae por meio de publicação eletrônica interna e realização de reuniões.

2.2 – Descrição dos objetivos do exercício

A seguir são apresentadas as metas de gestão de 2015 das áreas administrativa e finalística da Seae, bem como seus resultados alcançados.

Quadro 1 - Planejamento 2015 da Área Administrativa da SEAE e seus resultados

º		META	PRODUTO OU INDICADOR	PRAZO	RESULTADO
Chefia de Gabinete					
1	A	Realizar o IX Prêmio Seae	Prêmio realizado	31/12	Meta cumprida.
2	A	Realizar o Inventário de Bens Móveis 2015 na Seae Brasília	Inventário realizado	31/12	Meta cumprida.
3	A	Gerenciar o trabalho de migração dos sistemas da Seae para linguagem mais moderna.	Sistema migrado	31/12	Em andamento.
4	A	Realizar a reforma estrutural das salas da Seae localizadas no segundo andar do edifício-sede do Ministério da Fazenda.	Salas reformadas	31/12	Meta suspensa em decorrência do contingenciamento orçamentário.

Coordenação de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros – COGES I

5	A	Elaborar o Relatório de Gestão 2014 da Seae	Relatório elaborado	31/03	Meta cumprida.
6	A	Elaborar as edições mensais do relatório “Seae em Números”	Relatório elaborado	Mensal	Meta cumprida.
7	A	Elaborar a proposta orçamentária da Seae para 2016	Proposta elaborada	31/07	Meta cumprida.
8	A	Elaborar a parte da COGES I do Relatório de	Relatório	1º	Meta cumprida.

		Atividades 2014 da Seae	elaborado	sem/2015	
9	A	Atualizar o Manual de Procedimento das Secretárias.	Manual atualizado	30/06	Optou-se por manter a última atualização do manual.
10	A	Realizar o IX Encontro Informativo com as secretárias da Seae abordando orientações básicas quanto à execução das tarefas e rotinas das secretárias.	Encontro realizado	Anual	Meta cumprida.
11	A	Realizar 2 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, com frequência, preferencialmente, semestral.	Reuniões realizadas	Anual	Meta cumprida.
12	A	Realizar 2 reuniões de coordenação com a equipe da GEROF, com frequência, preferencialmente, semestral.	Reuniões realizadas	Anual	Meta cumprida.
13	A	Realizar 2 reuniões de coordenação com a equipe da GDI, com frequência, preferencialmente, semestral.	Reuniões realizadas	Anual	Meta cumprida.

Gerência de Recursos Humanos - GERHU

14	A	Realizar 3 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência, preferencialmente, quadrimestral.	Reuniões realizadas	Anual	Meta cumprida.
15	A	Enviar para a COGES I até o dia 10 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (treinamento, estrutura Seae, DAS ocupados, Lista GERHU, Capacitação).	Planilhas enviadas	Mensal	Meta cumprida.
16	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Anual	Meta cumprida.
17	A	Enviar para a COGES I a Lista Participação em eventos internacionais.	Lista enviada	Semestral	Meta cumprida.
18	A	Revisar o cadastro dos servidores da Seae no Outlook	Cadastro revisado	Semestral	Meta cumprida.
19	A	Atualizar o Manual GERHU que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Anual	Meta cumprida.
20	A	Revisar os dados cadastrais dos servidores da Seae	Cadastro revisado	30/04	Meta cumprida.
21	A	Encaminhar aos servidores da Seae, por e-mail, orientações com o “passo-a-passo” para as solicitações de afastamento do país e de participação em eventos.	Orientações encaminhadas	31/03	Meta cumprida.
22	A	Elaborar o Demonstrativo de Ações de Capacitação para a COGEPSPOA.	Demonstrativo elaborado	Mensal	Meta cumprida.
23	A	Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Seae para 2016.	Plano elaborado	15/11	Meta cumprida.
24	A	Realizar a avaliação de desempenho funcional dos servidores do PECFAZ da Seae.	Avaliação realizada	30/11	Meta cumprida
25	A	Coordenar no âmbito da Seae a realização do Prêmio de Desempenho Funcional.	Prêmio realizado	31/10	Meta cumprida.

Gerência de Recursos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais - GEROF

26	A	Realizar 2 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência, preferencialmente, semestral.	Reuniões realizadas	Anual	Reuniões realizadas em 11/05 e 20/11.
27	A	Zerar o número total de restrições apresentadas no Relatório de Conformidade Contábil.	Restrições reduzidas	Anual	Nenhuma restrição observada em 2015.
28	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência, o Manual da GEROF e o Manual de Diárias e Passagens.	Conteúdo atualizado	Mensal	Meta cumprida.
29	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o	Planilha enviada	Mensal	Meta cumprida.

		dia 5 de cada mês a planilha de controle de xerox da Gerência.			
30	A	Enviar para o CODOC até o dia 20 de cada mês toda a produção do mês anterior de processos (passagens, compras, CEF, SupriFundos e outros).	Processos enviados	Mensal	Meta cumprida.
31	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos oriundos da CEF, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à CEF.	Planilha enviada	Mensal	Meta cumprida.
32	A	Enviar para a CODOC até o 2º dia útil de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência dos bens móveis da Seae).	Planilha enviada	Mensal	Meta cumprida.
33	A	Entregar aos servidores da Seae a Declaração de Diárias Recebidas em 2015.	Declarações entregues	28/02	Meta cumprida.
34	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o segundo dia útil do mês as informações para o acompanhamento da execução orçamentária da Seae.	Informações enviadas	Mensal	Meta cumprida.

Área de Suporte Documental

35	A	Enviar, em conjunto com a GDI, para o Arquivo Central-MF (COGRL) os processos da Seae, após contados 5 anos da aprovação das contas com quitação plena pelo TCU.	Processos enviados	30/04	Nenhum processo enviado, por questão de temporalidade.
----	---	--	--------------------	-------	--

Gerência de Documentação e Informação - GDI

36	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	Meta cumprida.
37	A	Manter atualizado no sistema <i>Littera</i> os cadastros da Mala Direta.	Cadastrados atualizados	Mensal	Meta cumprida.
38	A	Manter atualizado no sistema <i>Lotus Notes</i> o conteúdo da Biblioteca/Bsb.	Conteúdo atualizado	Mensal	Meta cumprida.
39	A	Enviar para a COGES I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência (número de cópias e vistas de processos).	Planilhas enviadas	Mensal	Meta cumprida.
40	A	Atualizar o Manual GDI que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Anual	Meta cumprida.
41	A	Manter organizado o acervo processual da Seae (Arquivo Corrente Seae-subsolo-sala 1), constituído predominantemente por processos administrativos de prêmios e sorteios procedentes da COGAP, providenciando, inclusive, movimentações para o Arquivo Geral do MF, quando disponibilizado espaço e de acordo com cronograma definido por aquela Unidade.	Arquivo organizado	30/06	Meta cumprida.
42	A	Organizar 20% do acervo processual procedente da Unidade Descentralizada da Seae no Rio de Janeiro relacionado a atos de concentração (Arquivo Seae-subsolo-sala 2).	Arquivo organizado	31/12	Não realizada.
43	A	Classificar 20% da documentação de área meio arquivada na GDI para aplicação da Tabela de Temporalidade do CONARQ e providências consequentes, em continuidade ao trabalho parcial realizado no exercício de 2014.	Documentação classificada	31/12	Não realizada.

44	A	Realizar 2 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência, preferencialmente, semestral.	Reuniões realizadas	Anual	Meta cumprida. Reuniões realizadas em 12/5 e 16/11/2015.
Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – COGES II					
45	P	Realizar migração do módulo do protocolo do Littera para Java	Módulo Homologado pelo Gestor	31/12	Módulo não migrado, pois houve restrição orçamentária e alteração de prioridade em função de mudança na estrutura do gabinete.
46	P	Dar suporte às coordenações nas atividades relacionadas às PECs.	Atas de reunião	31/12	Suporte realizado principalmente na PEC 11 – Sistema de Promoções Comerciais.
47	P	Acompanhar PEC 11 - projeto SCPC – Sistema de Controle de Promoções Comerciais para WEB – módulo Gerenciar Promoções Comerciais	Módulo em produção	30/12	Release I do SCPC homologada.
48	A	Atualizar trimestralmente o levantamento dos pontos de rede utilizados na SEAE.	Conteúdo revisado	31/12	Relatório de pontos revisados.
49	A	Implantar módulo COAF do SCPC	Módulo Implantado	30/08	Em função de mudança de prioridade, o módulo foi homologado, mas não foi colocado em produção.
50	A	Devolver os equipamentos da SEAE que se tornaram obsoletos	Equipamentos devolvido	01/04	Os equipamentos foram devolvidos.
51	A	Preparar servidores da COGTI para receber o projeto de migração do Littera, instalação SVN e outros softwares.	Documento com a descrição	01/09	Em função de não ter ocorrido a migração, não houve a necessidade de instalar o SVN.
52	A	Revisar PDTI	Metas revisadas	31/10	PDTI revisado juntamente com a Coordenação Geral de TI do MFAZ-COGTI.
53	A	Atualizar a versão Lotus Notes depois da efetivação da aquisição	Servidor atualizado	30/08	Aquisição efetivada ao final do mês de dezembro de 2015.
54	A	Instalar novo equipamento de vídeo conferência na sala de reunião da SEAE	Equipamento instalado	30/07	Equipamento instalado.
55	P	Dar suporte às coordenações com relação ao Banco de Dados de Infraestrutura	Banco de Dados Instalado	30/12	Suporte realizado, mas houve mudanças no gabinete da SEAE e o projeto deixou de ser prioritário.
56	P	Realizar adaptações no Littera – Fluxo Análise de interesse Público.	Ordem de Serviço Homologada	30/12/	Várias reuniões para consolidar o fluxo de atividade de análise de interesse público foram realizadas, mas a atividade de levantamento de requisitos não foi finalizada. O fluxo tornou-se bastante complexo.
57	P	Realizar adaptações no Littera – Fluxo Redução Tarifária	Ordem de Serviço Homologada	30/12/	Pequenos ajustes foram realizados.
58	P	Novo projeto da COGAP – definir fluxo no segundo semestre de 2015 e iniciar com SERPRO no início de 2016.	Documento de Visão	30/12	Suspenso.
59	A	Acompanhar a quantidade de impressões das impressoras 4 vezes ao ano.	Relatório de despesas de TI	30/12	Acompanhamento realizado.

Justificativas:

Meta 42 - A meta não foi atingida. Justifica-se o não atingimento pela necessidade de atendimento de demandas da Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais e Regulação de Loterias – COGAP envolvendo a contínua organização do acervo de processos administrativos de prêmios e sorteios.

Meta 43 - A meta não foi atingida, devido a necessidade de priorização de outras ações relacionadas com a área de documentação e informação.

PLANEJAMENTO PARA 2015 – ÁREA FINALÍSTICA

Coordenação: COGTL

Coordenador Responsável: Cleyton Miranda de Barros

Quadro 2 - Planejamento da Área Finalística da SEAE e seus resultados

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Regulação	Análise de Proposta de Resolução e demais atos normativos da ANAC	Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias	Conforme demanda	21 Pareceres foram expedidos
Regulação	Análise de Proposta de Resolução e demais atos normativos da ANTT	Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias	Conforme demanda	15 Pareceres foram expedidos
Regulação	Análise de Proposta de Resolução e demais atos normativos da ANTAQ	Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias	Conforme demanda	04 Pareceres elaborados
Regulação	Análise de reajustes e revisões contratuais de concessões de rodovias	Nota Informativa Nota Técnica	Conforme demanda	18 Notas Informativas elaboradas
Regulação	Análise de Minutas de proposta de Legislação tais como: Resoluções/Tomada de Subsídio e demais atos normativos referentes a minutas de editais e contratos de concessões de rodovias	Nota Informativa Nota Técnica Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias Parecer	Conforme demanda	03 Pareceres elaborados 01 Nota Técnica elaborada
Regulação	Análise de reajustes e revisões contratuais do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros	Nota Informativa Nota Técnica	Conforme demanda	02 Notas expedidas
Regulação	Análise de Minuta de Resoluções e demais atos normativos referentes a minutas de editais e contratos de permissão do serviço de transporte rodoviário	Nota Informativa Nota Técnica Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias Parecer	Conforme demanda	01 Nota expedida 01 Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias expedido

	interestadual e internacional de passageiros			
Regulação	Análise de reajustes e revisões contratuais no setor portuário	Nota Informativa Nota Técnica	Conforme demanda	02 Notas Informativas expedidas 01 Nota Técnica
Regulação	Análise de Proposta de Resoluções e demais atos normativos, referente a minutas de editais e contratos de concessões, arrendamentos e autorizações no setor portuário	Nota Informativa Nota Técnica Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias Parecer	Conforme demanda	01 Parecer
Regulação	Análise de reajuste e revisão contratuais no setor aeroportuário	Nota Informativa Nota Técnica	Conforme demanda	Não houve demanda
Regulação	Análise de proposta de Resoluções/Decisões e demais atos normativos referentes a minutas de editais e contratos de concessões no setor aeroportuário	Nota Informativa Nota Técnica Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias Parecer	Conforme demanda	Não houve demanda
Regulação	Análise de reajustes e revisões contratuais no setor de transporte ferroviário	Nota Informativa Nota Técnica	Conforme demanda	05 Nota expedida
Regulação	Análise de Minutas de Resoluções e demais atos normativos, referente a minutas de editais e contratos de concessões no setor de transporte ferroviário	Nota Informativa Nota Técnica Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias Parecer	Conforme demanda	01 Parecer elaborado
Regulação	Análise de reajustes e revisões contratuais diversos	Nota Informativa Nota Técnica Parecer Relatório	Conforme da demanda	01 Nota elaborada
Acompanhamento Setorial	Análise de matérias relativas a acordos aéreos internacionais propostos pela ANAC Estudos relativos ao setor aéreo	Nota Informativa Nota Técnica Parecer	Conforme demanda	Não houve demanda

Acompanhamento Setorial	Análise de matérias afetas ao Conselho de Aviação Civil (Conac) e à Comissão Técnica de Coordenação de Atividades Aéreas (Cotaer)	Nota Informativa Nota Técnica Parecer	Conforme demanda	Não houve demanda
Acompanhamento Setorial	Análise e acompanhamento das ações do PAC	Nota Informativa Nota Técnica Parecer	Conforme demanda	01 Nota Elaborada
Acompanhamento Setorial	Análise e acompanhamento das ações do PIL	Nota Informativa Nota Técnica Parecer	Conforme demanda	05 Notas Elaboradas
Acompanhamento Setorial	Elaboração de estudos setoriais sobre diversos modos de transporte	Nota Informativa Nota Técnica Parecer Relatório	Conforme demanda	Nenhum estudo realizado
Análise de Propostas de Atos Normativos	Análise de Projetos de Lei, minutas de Decreto e demais atos normativos no setor de transportes.	Parecer Nota Técnica	Conforme demanda	07 Pareceres expedidos
Advocacia da Concorrência	Análise da concorrência no setor de transportes	Notas Técnicas, Pareceres, Questionários de órgãos internacionais – OCDE, ICN e UNCTAD	De acordo com a demanda	01 Nota elaborada

Coordenação: COGUN

Coordenador Responsável: Andrey Goldner Baptista da Silva

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Regulação	Resíduos Sólidos	Estudos específicos sobre desenho regulatório para a gestão de resíduos nos municípios.	Depende da demanda.	Não houve demanda.
	Recursos Hídricos	Nota Técnica sobre a legislação e a possibilidade de incentivar a construção declusas em rios de domínio da União quando for explorado o potencial hidráulico.	2º Semestre/2015.	Não foi concluída.

		Notas Informativas sobre as reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	De acordo com a demanda das reuniões.	02 documentos elaborados.
		Reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH: CTCOB	De acordo com a demanda das reuniões.	04 Reuniões da CTCOB.
	Saneamento	Acompanhar a evolução da regulação nesses setores e outros relacionados à infraestrutura urbana; propor aperfeiçoamento regulatório; e produzir notas técnicas, informativas ou estudos sobre os setores.	Depende de demanda.	12 documentos elaborados.
	Mineração		Depende de demanda.	Não houve demanda.
	Meio Ambiente		Depende de demanda.	01 documento elaborado.
	Recursos Hídricos		Depende de demanda.	07 documentos elaborados.
	Resíduos Sólidos		Depende de demanda.	Não houve demanda.
	Transporte Urbano		Depende da demanda	09 documentos elaborados.
	Transporte Urbano	Nota Técnica sobre a importância da previsão em contratos de concessão de transporte coletivo urbano de reajuste e revisão tarifária.	1º Semestre/2015.	Não foi concluída.
Análise de Atos Normativos	PLs em tramitação no Congresso Nacional	Análise focada em possíveis impactos sobre a concorrência decorrentes das novas normas.	De acordo com a demanda.	24 documentos elaborados.
Programa de Aceleramento do Crescimento - PAC	Salas de Situação	Relatório das reuniões das salas de situação de Recursos Hídricos, Mobilidade Urbana, Recursos Minerais (CPRM), Habitação e Encostas, Saneamento, Máquinas e Equipamentos, Funasa e Praça de Esportes e Cultura.	De acordo com a demanda.	03 documentos elaborados.
Advocacia da Concorrência	Serviços de Táxi	Estudos específicos sobre o desenho regulatório dos municípios contendo panorama geral sobre o serviço de táxi local e recomendações de aperfeiçoamento.	De acordo com a demanda.	Não houve demanda.
	Serviços relacionados aos Denatran/Detrans	Manifestação sobre regulamentos federais ou estaduais acerca dos serviços relacionados ao trânsito.	De acordo com a demanda	02 documentos elaborados.
	Serviços Funerários	Estudos específicos sobre o desenho regulatório para a gestão de serviços funerários nos municípios.	De acordo com a demanda.	Não houve demanda.

	Outras manifestações de mercados regulados	Estudos, notas técnicas ou informativas de setores regulados.	De acordo com a demanda	06 documentos elaborados.
--	--	---	-------------------------	---------------------------

Coordenação: COGAC (COGCR)

Coordenador Responsável: Ricardo Kalil Moraes

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Acompanhamento de Mercado	Análise conjuntural de setores produtores de insumos básicos e preços administrados	12 Relatórios de Análise Conjuntural e respectiva simulação de impacto inflacionário	Anual	12 relatórios elaborados
	Estudo setorial	7 Estudos de Panorama Setorial de determinado setor produtivo	Anual	6 estudos realizados
	Mercados e setores produtivos	Análise trimestral de companhias abertas dos setores de siderurgia, energia e química, totalizando 12 análises em 2015	Anual	12 análises realizadas
	Mercados e setores produtivos	Metodologia para análise de projetos	Dependente das consultas do Gabinete	Não houve demanda
	Preços de commodities internacionais (agrícola, energia, minerais)	Banco de dados	Diário	01 Banco de dados atualizado
	Preços internacionais de combustíveis	Banco de dados	Três vezes ao dia	01 Banco de dados atualizado
Advocacia da Concorrência	Mercados e setores produtivos	Notas Técnicas e Pareceres Técnicos relativos a propostas de normatização e resoluções em consulta pública	Dependente das consultas públicas	21 documentos elaborados
Acompanhamento da Ordem Econômica	Acompanhamento Processual - SUNAB	Notas Técnicas; Notas Informativas; Ofícios; Memorandos; Despachos nos PAs	Depende de consultas da PGFN e PFNs	37 documentos elaborados

Coordenação: COGAP

Coordenador Responsável: Waldir Eustáquio Marques Júnior

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Promoções Comerciais	PEC 11	Promodigital e preservação da economia popular	Estudos e implantação nos próximos 2 anos	Desenvolvimento das seguintes funcionalidades no Sistema de Controle de Promoção Comercial: i) cadastro de regras gerais da promoção, solicitantes, abrangência, apuração, termo de responsabilidade e validações; ii) manutenção das tabelas de suporte à autorização da promoção comercial (taxa de fiscalização, modalidade, usuários e instituições financeiras)
	Elaboração de minuta da portaria sobre sorteios filantrópicos	Portaria sobre sorteios filantrópicos elaborada	Sem prazo determinado	Assunto em discussão interna na Coordenação
	Revisão da Portaria MF 54/08, que versa sobre a operação de captação de poupança popular	Minuta de portaria referente à captação de poupança popular elaborada	Sem prazo determinado	Assunto em discussão interna na Coordenação
	Revisão da Portaria MF 41/08, que versa sobre promoções comerciais	Minuta de Portaria referente à promoção comercial elaborada	Dezembro de 2014	Minuta elaborada.
	Alteração do Decreto 70.951/72, que regula a Lei 5.768/71	Minuta de alteração do Decreto 70.951/72 elaborada	Dezembro de 2014	Minuta elaborada

Coordenação: COGCI

Coordenador Responsável: **Regina Helena Dantas Simões Chacur**

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
-----------------	--------	---------------	-------	-----------

Advocacia da Concorrência	Listade Exceção à TEC - Res. CAMEX 80, de 13/11/2012, que institui o GTAT – Grupo de Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum – TEC (responsável pela análise de inclusão/exclusão ou manutenção de produtos).	Nota Técnica e Apresentação	Depende do cronograma definido pela Câmara de Comércio Exterior	1º semestre: Não houve Nota Técnica e Apresentação.
	Comitê de Tarifas do Mercosul – CT1 (análise de pedidos de alteração definitiva da TEC)		Depende das datas de reunião agendadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do quantitativo de pleitos colocados em pauta.	Não houve Nota Técnica no ano.
	Grupo Técnico de Avaliação do Interesse Público – GTIP, criado pela Res CAMEX 13, de 29/02/2012 (responsável pela análise de impacto sobre a cadeia produtiva de medidas de defesa comercial)	Nota Técnica e Ata	Depende dos pleitos protocolados ou das solicitações de análise do governo.	1º semestre: 2 Notas Técnicas e 6 Atas. 2º semestre: 10 Notas Técnicas e 12 Atas.
Acompanhamento Setorial	Resolução GMC 08/08 (análise de pleitos de redução tarifária).	Nota Técnica e Ata	Depende do recebimento de pleitos do Brasil e do Mercosul.	1º semestre: 31 Notas Técnicas e 6 Atas. 2º semestre: 33 Notas Técnicas e 7 Atas.
	Monitoramento de setores	Nota Técnica e Apresentação	Depende da demanda do Ministério da Fazenda.	2º semestre: 4 Notas Técnicas
	Atualização sistemática de banco de dados e apresentações de preços de setores selecionados (índices de preços).	Banco de dados e boletins setoriais de acompanhamento de preços.	Após divulgação dos dados pelos institutos de pesquisa.	Mensalmente são elaborados Boletins de Acompanhamento de Preços dos setores: automóveis, bebidas, linha branca, madeira e móveis, material de construção, produtos agrícolas, produtos petroquímicos, siderurgia, cimento, cerâmica e metais, e cesta básica, além da atualização, 2 vezes por mês, da planilha de preços administrados do IPCA. No 1º semestre, foram elaborados 54 boletins e no 2º semestre 49 boletins.
Análise de Atos Normativos	Análise de atos normativos que impliquem alteração da estrutura tarifária ou que tenham impacto sobre a concorrência.	Nota Técnica	Depende da demanda.	Não houve Nota Técnica.

Coordenação: COGIR (COGPC)

Coordenador Responsável: Marcelo de Matos Ramos

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Regulação	Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG	Notas Técnicas	Sem prazo determinado	Nenhuma nota preparada
	Reajuste e revisão tarifária das tarifas postais dos serviços prestados em regime de monopólio pela ECT	Portaria autorizando o reajuste/revisão	Reajuste – mínimo de 24 meses entre reajustes sucessivos	01 Nota Técnica
			Revisão – sem prazo determinado.	01 Nota Técnica
	Participação no Conselho Deliberativo do Fórum do Sistema Brasileiro da Televisão Digital	Nota Técnica	Sem prazo determinado.	Nenhuma nota preparada
	Participação no Grupo Técnico do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital	Pareceres	Sem prazo determinado.	Nenhum parecer exarado
	Participação no Grupo Técnico do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	Pareceres	Sem prazo determinado	Nenhum parecer exarado
	Cálculo do fator Y para o reajuste de medicamentos	Nota técnica/nota informativa	Março do ano do reajuste	01 Nota Informativa
	Cálculo do fator X para o reajuste de medicamentos	Nota técnica/nota informativa	Setembro do ano anterior ao reajuste	01 Nota Técnica
	Análise do reajuste de medicamentos	Nota técnica	Março do ano do reajuste	Nenhuma nota preparada referente a 2015

	Análise do reajuste de planos de saúde	Nota técnica	Junho do ano do reajuste	01 Nota Técnica
	Participação em Câmaras Técnicas da ANS	Nota técnica	Sem prazo determinado.	Nenhuma nota preparada
	Participação no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde	Nota técnica	Sem prazo determinado.	Nenhuma nota preparada
	Participação no Comitê Técnico-Executivo da CMED	Notas técnicas e votos em processos administrativos	Sem prazo determinado.	Nenhuma nota preparada
Advocacia da Concorrência	Análise dos impactos regulatórios (concorrenciais e outros) referentes a consultas públicas realizadas por agências reguladoras (ANATEL, ANCINE, ANS e ANVISA) e ministérios setoriais	Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias	O prazo de cada consulta pública.	160 Pareceres Analíticos elaborados
	Análise dos impactos regulatórios (concorrenciais e outros) referentes a projetos de Lei abrangendo assuntos sob a competência da Coordenação Geral	Parecer Analítico sobre Atos Normativos	O prazo determinado pela Assessoria Parlamentar para cada PL.	46 Pareceres
	Estudos avaliando a situação concorrencial de setores específicos da atividade econômica nacional, de ofício ou quando solicitados pelo Cade, pela Câmara de Comércio Exterior ou pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça ou pelo Ministério Público.	Pareceres	Sem prazo determinado.	Nenhum parecer preparado
	Programa Nacional de Promoção da Concorrência (Projeto Estratégico Corporativo)	Criação e administração de uma Comunidade Virtual de Aprendizagem	Até o 1º semestre de 2015	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão da versão final e revisada das apostilas - Definição final da identidade visual da comunidade virtual de aprendizagem - Conclusão da versão final dos textos de apoio (introdução e objetivos da comunidade, regras de conduta dos fóruns online)

Coordenação: COGEN

Coordenador Responsável: Jossifram Almeida Soares

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Acompanhamento Setorial	Evolução da oferta e demanda de energia	Acompanhamento do cruzamento entre oferta e demanda (nível de reservatórios, preço de liquidação de diferenças, preços dos leilões de energia)	Acompanhamento com relatório quinzenal	26 boletins quinzenais
	Mercado de combustíveis	Relatório de acompanhamento	Acompanhamento semanal	52 boletins semanais
	Fatos relevantes no Setor Elétrico, Petróleo & Gás Natural, Biocombustíveis e Derivados	Nota Informativa	De acordo com a demanda.	6 Notas Informativas
Análise de Atos Normativos	PLs em tramitação no Congresso Nacional	Parecer com o posicionamento da Seae.	Cinco pareceres até dezembro de 2015	Não foram feitas manifestações
Programa de Aceleramento do Crescimento - PAC	Salas de Situação	Nota Informativa sobre as reuniões das salas de situação de Combustíveis.	De acordo com o calendário de reuniões, via de regra, mensais.	01 planilha
Programa de Aceleramento do Crescimento - PAC	Salas de Situação	Nota Informativa sobre as reuniões das salas de situação de Geração e Transmissão.	De acordo com o calendário de reuniões, via de regra, mensais.	08 notas informativas
Regulação Acompanhamento Setorial	Consultas e audiências públicas realizadas pela Aneel e ANP, e resoluções promulgadas pelo CNPE e CIMA	Nota Técnica ou Parecer, quando aplicáveis.	Na dependência das datas estabelecidas pelas agências para as consultas e audiências públicas e das datas de reunião do CNPE e CIMA	02 notas informativas

2.2.2 – Ações no âmbito do PRO-REG - Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório

Está em curso o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório e a coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do governo federal. Ele é fruto do programa de assistência técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e está a cargo do Comitê Gestor que inclui a Presidência da República e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O Programa, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.062, de 16.3.2007, tem como objetivo fortalecer:

- O sistema regulatório de modo a facilitar o pleno exercício de funções por parte de todos os atores;
- A capacidade de formulação e análise de políticas públicas em setores regulados;
- A melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório;
- A autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e
- O desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos para o exercício do controle social e transparência no âmbito do processo regulatório.

A peça central de qualquer projeto de melhoria regulatória é a implementação do procedimento “Análise do Impacto Regulatório” (AIR). Trata-se de uma ferramenta utilizada para examinar e medir os benefícios, os custos e os efeitos prováveis de uma regulação nova ou já existente. A AIR é utilizada na maioria dos países da OCDE em diferentes níveis. Em alguns, é usada somente nas principais propostas legislativas, enquanto em outros (Estados Unidos da América e Inglaterra) é utilizada até mesmo nas normas propostas pelas agências reguladoras. O princípio básico de funcionamento é que se os custos estimados da adoção da norma forem maiores que os benefícios, a norma não é adotada.

Um dos objetivos do PRO-REG é o “estudo para o desenho de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação em melhoria regulatória”, aos moldes de unidades análogas existentes em outros países, principalmente os da OCDE. Esta unidade, entre outras atribuições, teria a incumbência de exercer algum tipo de AIR sobre novas normas e regulamentos das agências reguladoras.

2.2.3 – Ações no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O acordo de cooperação técnica firmado entre FGV e o Ministério da Fazenda tem por objeto promover entre as partes a cooperação no campo da assistência técnica, na busca da eficiência, produtividade e qualidade dos serviços prestados pelo Ministério, utilizando-se, dentre outros, dos seguintes mecanismos:

- Intercâmbio de informações entre cientistas, pesquisadores, técnicos, professores e servidores do Ministério da Fazenda, tendo como objetivo a realização de pesquisas e estudos, de interesse recíproco, voltados à disseminação e incorporação das melhores práticas e técnicas de gestão administrativa e tecnológica e ao desenvolvimento de temas relacionados às finanças públicas;
- Concessão de bolsas de estudo de especialização em nível de pós-graduação e de aperfeiçoamento técnico;

- Organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios e debates nas áreas de gestão administrativa, tecnológica e de finanças públicas;
- Intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos estudos e pesquisas conjuntos; e
- Quaisquer outras modalidades convencionadas pelas partes em instrumentos complementares, respeitando a finalidade do acordo de cooperação.

Projetos executados pela Seae no âmbito desse Acordo entre os anos de 2010 e 2015:

- V Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio Seae – 2010;
- Bolsa de Estudo CIPAD (set/2009 a ago/2011);
- Bolsa de Estudo CIPAD (jun/2010 a mai/2012);
- VI Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica ,Prêmio Seae – 2011;
- VII Concurso de Monografias em Advocacia da Concorrência e Regulação Econômica, Prêmio Seae – 2012; e
- Planejamento Estratégico 2012 no âmbito do PMIMF.
- VIII Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, Prêmio Seae – 2013;
- IX Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, Prêmio Seae – 2014.
- X Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômico, Prêmio 2015.

2.3 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos planos

A Seae organiza seus planos por meio das metas de gestão para as áreas administrativas e finalísticas, que são consolidadas e disponibilizadas na intranet para o acesso de todos os servidores. O monitoramento das metas é realizado semestralmente pela Coordenação de Gestão, no caso da área administrativa, e pelas Subsecretarias na área fim, e ao final do ano procede-se ao levantamento dos resultados.

Além disso, reuniões periódicas são realizadas entre o Gabinete e as Coordenações de Gestão e de Recursos Tecnológicos, com o intuito de monitorar as atividades da área administrativa e garantir uma maior eficiência na execução das atividades.

Com relação à área fim, são realizadas reuniões de coordenação entre o Secretário e as Coordenações-Gerais com o intuito de discutir e monitorar os trabalhos em andamento, traçando prioridades nos trabalhos em andamento na Secretaria.

2.4 – Desempenho Orçamentário

2.5 – Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

No Plano Plurianual 2012-2015 a Seae não respondeu integralmente, nem parcialmente, por nenhum programa.

Contudo, dentro do Programa 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, a Secretaria foi responsável pelo *Objetivo 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular*

Esse Objetivo continha duas metas quantitativas:

- 03OM - Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais; e
- 035M - Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas.

Os resultados de 2015, para ambas as metas, foram favoráveis. Tanto no campo do acompanhamento de eventos promocionais, quanto no da realização de manifestações sobre atividades econômicas, os resultados alcançados superaram as estimativas feitas inicialmente.

No que se refere à homologação e ao acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais, o resultado para 2015, de 625 eventos acompanhados, superou em 4% a previsão para o ano que era de 600 eventos. Ao mesmo tempo, o resultado acumulado ao longo do quadriênio, 2012-2015, foi de 3.719, contra uma previsão de 2.400 eventos, o que representa uma superação de 55% da meta estipulada.

Quanto à realização de manifestações sobre regulação de atividades econômicas, em 2015, o resultado foi de 432 manifestações realizadas, contra uma estimativa inicial para o ano de 75 manifestações. O acumulado no quadriênio foi de 1.541 manifestações realizadas, enquanto a meta estipulada era de 300 manifestações para o período. A alteração na competência da Secretaria, enquanto autoridade concorrencial, que se processou no decurso do quadriênio 2012-2015, explica a variação entre os valores efetivamente apurados e aqueles previstos quando da formulação da meta. Nesse ínterim, ao passo que deixou de atuar na análise de atos de concentração, a Seae fortaleceu o seu papel na promoção da concorrência, o que se reflete no incremento de suas manifestações sobre regras regulatórias. Tal fato, contribuiu para a projeção de um cenário, ainda em 2011, que se difere do atual momento da instituição em termos de competência legal para atuar em questões concorrenceis.

2.6 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.7 – Ações da Lei Orçamentária Anual sob Responsabilidade da Seae

Na LOA 2015, estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da Seae 4 Ações Orçamentárias vinculadas a 2 Programas, conforme segue.

2.7.1 – Ação Orçamentária “Manifestações sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais”.

O Quadro 4 traz as informações referentes à Ação Orçamentária “Manifestações sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais”.

Quadro 3 - Informações sobre a Ação Orçamentária “Manifestações sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais”

Identificação da Ação		
Código	04.125.2039.20Z8.0001	Tipo: Atividade
Título	Manifestação Sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	

Iniciativa	Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União											
Objetivo	Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de política econômica nas áreas fiscal, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União. Código: 20Z8											
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039 Tipo: Atividade											
Unidade Orçamentária	170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
465.000	465.000	208.750	208.750	194.035	0	14.715						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta							
Manifestação realizada			Prevista		Reprogramada	Realizada						
Manifestação realizada			unidade		75	357						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
2.180	0	0	Manifestação realizada		unidade	432						

Esta Ação objetiva regular as atividades de prestação de serviços públicos, de infraestrutura, de comércio, de serviços e do setor industrial, visando aumentar a eficiência econômica, sem comprometer a concorrência. A Seae trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência.

Em 2015, a Seae realizou 576% da meta planejada para a Ação. Foram expedidas 432 manifestações, contra uma previsão de 75. Destaque-se a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que o número de manifestações realizadas no ano depende do número de resoluções publicadas pelas Agências Reguladoras.

Ao longo dos últimos anos, a Secretaria consolidou a aplicação da AIR nos pareceres relativos aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional e às propostas de regras regulatórias postas em audiências e consultas públicas pelas agências reguladoras. Importante destacar que o uso da AIR da OCDE tem como principal objetivo servir de instrumento para que as Agências Reguladoras adotem as melhores práticas existentes, no sentido de mensurar os impactos decorrentes das medidas adotadas e de dar à sociedade maior transparência de seus atos.

Durante o ano, a Seae intensificou esforços no sentido de ampliar sua contribuição às normas regulatórias postas em audiências e consultas públicas, evitando, ainda antes da fase de consultas públicas, a edição de normas que estejam em desacordo com as melhores práticas regulatórias e concorrenciais.

Em termos orçamentários, foram liquidados R\$ 208.750,00, correspondendo a 44.89% da meta para o ano. Esse resultado se deve, em grande medida, ao contingenciamento ao qual a Secretaria foi submetida.

2.7.2 – Ação Orçamentária “Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins Comerciais”

Quadro 5 traz as informações referentes à Ação Orçamentária “Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins Comerciais”.

Quadro 4 - Informações sobre a Ação Orçamentária “Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins Comerciais”.

Identificação da Ação											
Código	04.125.2039.20Z8.0002					Tipo: Atividade					
Título	Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais										
Iniciativa	Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União										
Objetivo	Autorizar e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios e planos de extrações lotéricas, visando assegurar o absoluto cumprimento dos direitos dos consumidores										
	Código: 20Z8										
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional										
	Código: 2039					Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF										
Ação Prioritária	() Sim (X) Não	Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária do exercício											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados					
475.000	475.000	217.338	217.338	217.338	0	0					
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta							
				Prevista	Reprogramada	Realizada					
Evento acompanhado			unidade	600	25	625					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0	0	0	Evento acompanhado	Unidade	625						

Esta Ação abrange três grandes áreas: (1) autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; (2) autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (*sweepstakes*), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; e (3) autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

A primeira área trata da emissão, por parte da Seae, de autorização para que instituições financeiras procedam à distribuição gratuita de prêmios e realize sorteios a título de propaganda. A Lei nº 5.768/1971 vedava a realização de promoções comerciais, exceto para aquelas empresas devidamente autorizadas pelo Ministério da Fazenda. No âmbito do Ministério, cabe à Seae essa atividade. Adicionalmente e considerando a mesma previsão legal, compete à Secretaria, também, autorizar toda e qualquer empresa que deseje promover a captação antecipada de poupança popular. A função de fiscalizar, como não poderia deixar de ser, é uma decorrência do ato de autorizar e busca garantir que os agentes econômicos cumpram a legislação.

Os procedimentos para o deferimento de pedidos de autorização de promoção estão arrolados no Decreto nº 70.951/1972. À guisa de instrumentos para a concessão de pedidos de autorização para promoção, a Seae utiliza análises contábeis e cálculos de avaliação econômico financeira das empresas interessadas em realizar tais eventos. Analisa, ainda, a regularidade fiscal e jurídica das interessadas.

A autorização para emissão de *sweepstakes* ou para a exploração de outras modalidades de loteria, do ponto de vista operacional, segue o mesmo *modus operandi* descrito anteriormente. Nesse ponto, o principal interesse da Secretaria está voltado para não permitir um desvirtuamento da Lei nº 7.291/1984. Nos termos da legislação, as loterias turfísticas autorizadas devem funcionar como um estímulo para o desenvolvimento da atividade de equideocultura, devendo-se evitar e coibir toda e qualquer autorização de loteria em que não seja possível identificar um real incentivo à atividade, sob pena de configurar exploração de jogo de azar.

As atividades de autorização, de homologação, de fiscalização e de monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal estão previstas nos Decretos-Lei nº 6.259/1944 e nº 204/1967. A Seae autoriza e aprova todos os planos de sorteio de extração de loteria federal explorados pela CEF. Ainda nesse mesmo segmento, compete à Secretaria autorizar a CEF a explorar novas modalidades lotéricas.

As competências relativas à operacionalização e à fiscalização de prêmios e sorteios e das outras atividades foram transferidas à Seae por ocasião da edição da Medida Provisória nº 2.049-20/2000. Por intermédio dessa Ação, o objetivo da Secretaria é o de conferir maior transparência a tais eventos, bem como assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Em 2015, a Seae realizou 104% da meta física inicialmente prevista para a Ação. Foram executados 625 eventos (a previsão era de 600), sendo 622 promoções comerciais autorizadas e 3 loterias homologadas.

2.7.3 – Ação Orçamentária “Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico”

O Quadro 6 traz as informações referentes à Ação Orçamentária “Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico”.

Quadro 5 - Informações sobre a Ação Orçamentária “Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico”

Identificação da Ação		
Código	04.126.2039.20Z7.0005	Tipo: Atividade
Título	Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF	
Iniciativa	Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União	
Objetivo	Manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF	

	Código: 20Z7													
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039						Tipo: Atividade							
Unidade Orçamentária	170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF													
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício									
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados								
1.149.088	1.149.088	712.599	712.599	103.339	0	609.260								
Execução Física														
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta									
Sistema Mantido			unidade		Prevista	Reprogramada	Realizada							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas										
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada								
826.013	54.533	0	Sistema mantido		unidade	1								

Esta Ação objetiva manter e prover acessibilidade às informações necessárias para a atuação da Secretaria, tendo como produtos: softwares, hardwares e periféricos funcionando com qualidade.

Em 2015, a Seae manteve integralmente o seu sistema informatizado. Em termos orçamentários, foram liquidados R\$ 712.599,00, o que reflete o contingenciamento do exercício.

2.7.4 –Ações Orçamentárias Vinculadas ao “Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Ministério da Fazenda”.

2.7.4.5 – Ação Orçamentária “Administração da Unidade”

O Quadro 7 traz as informações referentes à Ação Orçamentária “Administração da Unidade”

Quadro 6 - Informações sobre a Ação Orçamentária “Administração da Unidade”

Identificação da Ação		
Código	04.122.22110.2000.0001	Tipo: Atividade
Título	Administração da Unidade	
Iniciativa	Despesas com a manutenção do Ministério da Fazenda	
Objetivo	Essas despesas compreendem: serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, própria ou terceirizadas por órgão da união, manutenção e conservação de imóveis próprio da união, cedido ou alugados, utilizados pelos órgãos da união Código: 2000	

Programa	Programa de Gestão e Manutenção da SEAE/MF. Código: 2110											
Unidade Orçamentária												
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
1.797.155	1.797.155	1.182.274	1.182.274	1.073.043	0	109.231						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta								
				Prevista	Reprogramada	Realizada						
Administração da unidade			unidade									
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada							
653.346	0	0	Administração da Unidade	unidade								

Criada com o objetivo de alocar créditos destinados a suprir as necessidades das Unidades com as despesas que não deveriam ser realizadas no âmbito das ações finalísticas, tais como: diárias nacionais e internacionais, material de consumo, passagens nacionais e passagens internacionais, estagiários, terceirizados, restituições e demais despesas administrativas voltadas à manutenção das atividades da Seae.

Essa Ação não possui meta física e está sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério da Fazenda. Em termos orçamentários, foram liquidados R\$ 1.182.274,00 o que representa 66 % do valor consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015.

2.8 – Ações – Orçamento de Investimento

Quadro 7 - Informações sobre a Ação do Orçamento de Investimento "Manifestação sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais"

Identificação da Ação		
Código	04.125.2039.20Z8.0001	Tipo: Atividade
Título	Manifestação Sobre Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	
Iniciativa	Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União	
Objetivo	Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de política econômica nas áreas fiscal, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União. Código: 20Z8	
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039	Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
40.000	40.000	0	Manifestação realizada	unidade	75	357	432

Observação: Valor foi contingenciado na sua totalidade, conforme publicação do decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015 .

Quadro 8 - Informações sobre a Ação do Orçamento de Investimento "Homologação e Acompanhamento de Atividades em Moldes Concorrenciais"

Identificação da Ação							
Código	04.125.2039.20Z8.0002						
Título	Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais						
Iniciativa	Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União						
Objetivo	Autorizar e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios e planos de extrações lotéricas, visando assegurar o absoluto cumprimento dos direitos dos consumidores Código: 20Z8						
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039						
Unidade Orçamentária	170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado
5.000	5.000	0	Evento acompanhado		unidade	600	25
							625

Observação: Valor foi contingenciado na sua totalidade, conforme publicação do decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015.

Quadro 9 - Informações sobre a Ação do Orçamento de Investimento "Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico"

Identificação da Ação		
Código	04.126.2039.20Z7.0005	Tipo: Atividade
Título	Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF	
Iniciativa	Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União	
Objetivo	Manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF Código: 20Z7	
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional Código: 2039	Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF	
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.129.088	718.745	712.599	Sistema mantido	unidade	1	0	1

Quadro 10 - Informações sobre a Ação do Orçamento de Investimento "Administração da Unidade"

Identificação da Ação							
Código	04.122.22110.2000.0001						Tipo: Atividade
Título	Administração da Unidade						
Iniciativa	Despesas com a manutenção do Ministério da Fazenda						
Objetivo	Essas despesas compreendem: serviços administrativos , pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, própria ou terceirizadas por órgão da união, manutenção e conservação de imóveis próprio da união, cedido ou alugados, utilizados pelos órgãos da união Código: 2000						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da SEAE/MF. Código: 2110						
Unidade Orçamentária	170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE/MF						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
500.000	8.000	5.398	Administração da unidade	unidade			

2.9 – Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 11 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1.00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2015	1.479.943	103.107	0	1.376.836
2014	328.412	16.452	0	311.960
2013	412.097	117.678	8.021	286.398
Restos a Pagar Processados				

Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2015				0,00
2014				0,00
2013				0,00

Fonte: Siafi

2.10 – Informações sobre execução das despesas

A Seae é a Unidade Gestora 170004, Gestão 00001, subordinada à Unidade Orçamentária 25001 (Ministério da Fazenda). Nos quadros, a seguir, são apresentadas as informações referentes à programação e à execução dos créditos orçamentários recebidos pela Secretaria por movimentação interna da SPOA.

Quadro 12 - Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.276.876	1.768.147	1.276.876	654.152
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão (Terceirizados, Supera, Passagens)	1.276.876	1.768.147	1.276.876	654.152
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	849.439	1.560.998	116.234	1.195.049
h) Dispensa (Serpro, outros)	800.375	1.358.445	67.170	992.496
i) Inexigibilidade	49.064	202.553	49.064	202.553
3. Regime de Execução Especial	3.558	1.725	3.558	1.725
j) Suprimento de Fundos	3.558	1.725	3.558	1.725
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	189.878	227.295	189.878	227.295
k) Pagamento em Folha(estagiários)	14.175	17.289	14.174	17.289
l) Diárias	175.703	210.006	175.703	210.006
5. Outros	1.209	1.757	1.209	1.757
6. Total (1+2+3+4+5)	2.320.960	3.559.922	1.587.755	2.079.978

Fonte: Siafi

Quadro 13 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Secretaria de Acompanhamento Econômico				Código UO: 25101		UGO: 170004	
DESPESAS CORRENTES							
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Nome do elemento de despesa							
...							
Demais elementos do grupo							
2. Juros e Encargos da Dívida							
Nome do elemento de despesa							
...							
Demais elementos do grupo							
3. Outras Despesas Correntes							
Nome do elemento de despesa							
14 – Diárias Pessoal Civil	180.556	210.006	180.556	210.006			180.556
30 – Material de Consumo	3.998	11.717	3.998	11.717		1.401	3.998
33 – Passagens Desp. Locomoção	328.393	419.280	328.393	419.280			328.393
36 – Serv. Terc. Pessoa Física	29.641	34.921	23.325	34.271	6.316	650	23.325
39 – Serv. Terc. Pessoa Jurídica	1.043.577	1.212.779	925.948	1.212.779	117.629	291.288	921.491
93 – Indenizações e Restituições	16.798	1.757	16.798	1.757			1.757
DESPESAS DE CAPITAL							
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não Processados		Valores Pagos
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Nome do elemento de despesa							
35 – Serv. Consultoria Técnica	13.233	25.125	13.233	25.125	4.002	15.893	9.232
39 – Desenv. e Manutenção de Software	699.366	935.630	699.366	935.630	605.258	490.375	94.107
52 – Material Permanente	5.398	708.707	5.398	708.707		680.337	5.398
Demais elementos do grupo							
5. Inversões Financeiras							
Nome do elemento de despesa							
...							
Demais elementos do grupo							
6. Amortização da Dívida							
Nome do elemento de despesa							
...							
Demais elementos do grupo							

A dotação original prevista na LOA 2015 foi de R\$ 3.886.243,00, valor inferior ao consignado na LOA de 2014 que era de R\$ 5.187.067,00. Além disso, 60 % desse orçamento original foi contingenciado. Esse forte contingenciamento afetou as atividades das Secretaria que além de ter o orçamento reduzido em relação ao exercício anterior, teve parte expressiva de seus recursos contingenciados.

Em 2015, foram executados R\$ 2.320.961,00 o que corresponde a 99% do limite disponível para empenho, e 59% do valor inicial consignado na LOA. O resultado do indicador demonstra que houve um saldo de 1% dos recursos orçamentários em exercício, evidenciando uma boa gestão dos recursos orçamentários.

2.11– Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro 14 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	170004	SEAE/MF			3	3.558	
2014	170004	SEAE/MF			3	1.724	

Quadro 15 - Utilização de suprimento de fundos

Quadro 16 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170004	SEAE/MF	3.3.90.30	16	1.319,67
			19	110,00
			21	153,60
			22	155,18
			26	287,40
			28	172,12
		3.3.90.39	63	1.360,00

Fonte: Siafi

2.12 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores a seguir têm por finalidade aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações da Seae, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.

Na Nota Técnica n.º 173 GABIN/SEAE/MF, de 2002, foram identificados os indicadores de desempenho das ações consideradas estratégicas para a Secretaria. Abaixo, seguem os referidos indicadores, que no ano de 2003 foram, pela primeira vez, operacionalizados pela Secretaria, possibilitando a mensuração do desempenho da sua gestão.

Vale salientar que alguns indicadores previstos no documento mencionado não foram utilizados no presente Relatório, tendo em vista sua pouca expressividade em relação às atuais atividades da Secretaria e/ou a sua excessiva complexidade e detalhamento, tornando os custos envolvidos no cálculo superior aos benefícios.

2.12.1 - Indicadores de Eficiência

2.12.1.2 – Nível de atendimento ao cliente via correio eletrônico

Objetivo: Verificar o nível de respostas dadas ao público por meio da quantidade de *e-mails* respondidos num dado período de tempo pela área de comunicação social da Seae.

Índice: $\frac{\text{n.º de } e\text{-mails respondidos no ano "n"} \times 100}{\text{n.º de } e\text{-mails recebidos no ano "n"} } = \frac{353}{668} \times 100 = 53\%$

Comentário: A Seae considera de fundamental importância para a adequada execução de suas atividades a interface com a sociedade, seja para fins de prestação de contas ou para melhor esclarecerem suas dúvidas. Um canal de comunicação privilegiado nesse âmbito é a existência de um serviço de e-mail institucional pelo qual os cidadãos podem consultar a Secretaria. O serviço de e-mail institucional existe na Secretaria desde 1999. O indicador de atendimento foi de 53% em 2015. Ressalta-se que vários e-mails recebidos eram de convites institucionais e de outras modalidades de correspondência que não demandavam resposta da Seae.

2.12.2 - Indicadores de Eficácia

2.12.2.1 - Orçamento e finanças

Objetivo: Demonstrar o percentual da execução da despesa para informar se o que foi planejado está sendo cumprido pela Secretaria.

$$\text{Índice: } \frac{\text{execução total da despesa}}{\text{total da despesa fixada}} \times 100 = \frac{\text{R\$ } 2.320.961,00}{\text{R\$ } 2.345.076,00} \times 100 = 99\%$$

Comentário: O resultado do indicador mostra que 99% da despesa fixada foi executada, restando um saldo de 1%.

2.12.2.2 - Arrecadação de receitas próprias

Objetivo: Acompanhar a arrecadação das receitas próprias da Secretaria.

Índice: Arrecadação anual (ano “n”)/ arrecadação anual (ano “n-1”) x 100

$$= \frac{\text{R\$ } 8.174.708,61}{\text{R\$ } 7.052.169} \times 100 = 115\%$$

2.12.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas

Objetivo: Acompanhar o percentual das receitas próprias executadas pela própria Secretaria, permitindo a avaliação do total de recursos arrecadados e transferidos ao Tesouro Nacional.

Índice: Total das Despesas Realizadas/Total das Receitas Próprias x 100

$$= \frac{\text{R\$ } 2.320.961,00}{\text{R\$ } 8.174.708,61} \times 100 = 28\%$$

2.12.3 - Indicadores sobre as Ações do PPA

Objetivo: Verificar se as demandas à Seae estão sendo atendidas.

2.12.3.1 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

Índice: $\frac{\text{quantidade de manifestações realizadas}}{\text{quantidade de manifestações demandadas}} \times 100 = \frac{432}{75} \times 100 = 576\%$

Comentário: Em 2014, a Seae realizou 579% da meta planejada para a Ação. Foram expedidas 434 manifestações, contra uma previsão de 75.

2.12.3.2 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

Índice: $\frac{\text{n.º de autorizações ou indeferimentos realizados}}{\text{n.º de pedidos de autorização protocolados}} \times 100$

$$= \frac{625}{638} \times 100 = 97,96 \%$$

Comentário: Estes índices demonstram que a Seae tem respondido praticamente todas as demandas apresentadas.

2.12.4 - Indicadores de Economicidade

2.12.4.1 - Custos dos Serviços de Informática

Objetivo: Observar se houve redução de custos dos serviços de informática da Secretaria, podendo-se medir a economia de recursos obtida em função do aperfeiçoamento do trabalho.

Índice: $\frac{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n"}}{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n-1"}} =$

$$\frac{\text{R\$ } 712.599,00}{\text{R\$ } 1.280.500,00} = 0,55$$

Comentário: Houve uma redução de 45%, em termos nominais, nos gastos com serviços de informática em 2015, em relação a 2014. Tal redução deve-se ao contingenciamento ao qual a Secretaria foi submetida.

3 – GOVERNANÇA

3.1 – Descrição das estruturas de governança

A Seae considera fundamental a sistematização e a documentação das atividades envolvidas em seus campos de atuação como uma estratégia de controle interno.

Desde 2002, a Seae utiliza o sistema *Littera* que foi concebido para controlar e gerenciar, internamente, o fluxo de processos e documentos, possibilitando o registro, o armazenamento e a disponibilização corporativa da produção técnica da Secretaria. Nos anos de 2002 e 2003, o Sistema tratava apenas das informações referentes a atos de concentração, mas já em 2004, começaram a ser implementados os módulos relativos a condutas anticompetitivas e a prêmios e sorteios. Posteriormente, também foram desenvolvidos os fluxos para análise dos Processos de Averiguação Preliminar, Processos Administrativos, Atos Normativos e Consulta CADE e para a publicação de Notas Técnicas na Internet sobre representações à SDE. Além desses, foi criado o Processo de Desabastecimento referente a alterações tarifárias por desabastecimento.

A Seae utiliza, ainda, os recursos de Servidor de Arquivos – estrutura de diretórios e pastas compartilhadas – visando à utilização corporativa das informações produzidas pelos usuários. Em 2010, foi realizada uma unificação e reorganização dos arquivos armazenados subdivididos em pastas referentes a cada unidade organizacional da Seae.

A Seae vem procurando padronizar por meio de manuais e guias de análise os procedimentos de exame utilizados por seus técnicos quando da elaboração de pareceres. Além de permitirem a uniformização de procedimentos internamente, conferem consistência, robustez e transparência às avaliações. A Secretaria possui os seguintes manuais e guias de análise em vigor:

- Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração (Portaria SEAE nº 39/99) - posteriormente aperfeiçoado e adotado também pela SDE, com o novo título de Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal (Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50/01);
- Guia para Análise Econômica da Prática de Preços Predatórios¹ (Portaria SEAE nº 70/02);
- Cartilha de Análise e Autorização de Promoções Comerciais (de março 2003);
- Manual de Fiscalização – Promoções Comerciais e Loterias (de março 2003);
- Cartilha para Análise de Prestação de Contas de Promoções Comerciais (de março 2003); e
- Manual de Procedimentos Operacionais em Defesa da Concorrência (atualmente em revisão);
- Cartilha de Captação de Poupança Popular;
- Cartilha de Acompanhamento das Atividades relativas à Exploração de Loterias pela União (CAIXA);
- Roteiro de Análise de *Sweepstake*;
- Guia para Análise Econômica do Interesse Público (janeiro de 2014).

¹ A prática de preços predatórios é uma conduta anticompetitiva e se verifica quando uma firma reduz o preço de venda de seu produto abaixo do seu custo, incorrendo em perdas no curto prazo, objetivando eliminar rivais do mercado, para, posteriormente, quando os rivais saírem do mercado, elevar os preços novamente e obter lucros extraordinários.

3.2 – Gestão riscos e controles internos

Em 2015, a SEAE percebeu como necessário um mapeamento de riscos do macroprocesso finalístico homologação e fiscalização de loterias, de modo que se procedeu a um trabalho detalhado que além de classificar, descrever os riscos, também levantou suas causas. Depois de feito todo o mapeamento de riscos, foi aplicada uma matriz de risco cuja metodologia foi desenvolvida pela Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

A partir do cruzamento desses dados, foi criado um plano de implementação e controle, de caráter preventivo com o intuito de melhorar o controle existe sobre o macroprocesso, além de definir prazos para essas ações de prevenção.

No que se refere aos controles internos, a Secretaria entende que esses são essenciais à execução dos objetivos e metas propostos e por isso conta com um sistema de comunicação interno eficiente, por meio do qual todos os servidores são comunicados dos principais expedientes. Esse sistema de comunicação é composto basicamente dos seguintes canais: (a) caixa de correio eletrônico institucional que é utilizada tanto para comunicações internas à unidade, como externas; (b) intranet da Seae que disponibiliza uma série de documentos, informações e orientações aos servidores. A Seae também mantém todos os objetivos consolidados em documentos na intranet.

Desde de 2007 a Secretaria conta com um Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional dos Servidores, que além de disponibilizado na intranet, é entregue ao servidor quando da sua posse para exercício na unidade. Ademais, a Seae possui um protocolo próprio que identifica, documenta, armazena e comunica, tempestivamente, informações relevantes aos servidores interessados por meio de sistemas eletrônicos.

4 –RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1– Canais de acesso do cidadão

A Secretaria possui o endereço de e-mail institucional (seae@fazenda.gov.br) destinado ao tratamento de mensagens enviadas pelo cidadão-usuário. Em 2015, foram recebidas 668 comunicações por meio deste e-mail, constituindo-se, em sua grande maioria, em dúvidas, solicitações, reclamações, convites e informes. O registro dessas solicitações é feito mensalmente e disponibilizado na intranet da Secretaria. A Seae também possui um sítio eletrônico (www.seae.fazenda.gov.br) que disponibiliza informações sobre a Secretaria, assim como documentos de trabalhos e relatórios produzidos. No nosso sítio também há um formulário de contato para os cidadãos, no qual seus questionamentos, dúvidas e denúncias são direcionados e tratados pela caixa de e-mail institucional.

Ademais, em face da vigência da nova Lei de Acesso à Informação, a Seae passou a responder aos pedidos de acesso à informação. Em 2015, foram encaminhados à Secretaria 14 pedidos de informação. É importante destacar que muitos desses pedidos foram desdobrados pelo Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), por abrangerem informações pertinentes a mais de um órgão dentro do Ministério da Fazenda.

4.2 – Ações na Área de Ouvidoria

A Constituição Federal, em seu art. 37, parágrafo 3º, determina que, dentre outros, a Administração Pública deverá obedecer ao princípio da eficiência e prevê a ação de órgãos de atendimento às reclamações relativas à prestação dos serviços públicos como forma de participação do cidadão-usuário.

A Ouvidoria da Seae reflete um esforço e uma abertura da instituição para dar continuidade e aprimorar a comunicação com o cidadão. É uma busca pela transparência, eficiência e eficácia em relação à qualidade das atividades e serviços.

Esse canal possibilita a análise de críticas e sugestões a respeito dos assuntos abordados pela Secretaria, constituindo um valioso instrumento para a solução de problemas e de conflitos organizacionais, tanto de caráter interno como de natureza externa.

Cabe à Ouvidoria:

- Receber e encaminhar para apuração as manifestações dos cidadãos (inclusive denúncias de irregularidades);
- Dar conhecimento das manifestações aos respectivos órgãos para que tomem as providências cabíveis, se necessárias;
- Dar conhecimento da solução/resultado da demanda ao usuário;
- Propor aos dirigentes a implementação de medidas administrativas, quando houver necessidade; e
- Contribuir para o aumento da qualidade dos serviços prestados pela SEAE à sociedade.

Em 2015, a Ouvidoria da Seae recebeu 63 mensagens e todas foram solucionadas em tempo hábil.

4.3 – Carta de Serviços ao Cidadão

A Secretaria participou da atualização da Carta de Serviços do Ministério da Fazenda, em 2014, que se encontra disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/carta/>

4.4 – Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Secretaria tem trabalhado para incrementar a transparência ativa de suas informações por meio de seu sítio eletrônico: www.seae.fazenda.gov.br. Nesse sítio você pode ter acesso a todas a publicações da Seae, tais como: relatório de gestão, relatório de atividades, boletim de infraestrutura, *newsletter* de infraestrutura, manifestações sobre regras regulatórias, entre outros. Além disso, o cidadão-usuário pode acompanhar processos de seu interesse através do nosso sistema de consulta processual, também disponível no sítio da Seae: <http://www1.seae.fazenda.gov.br/LITTERA/BuscaProcessos.aspx>

Além disso, o usuário pode acessar nosso formulário de contato caso tenha dúvidas, denúncias ou elogios a fazer, podendo também ser direcionado ao Sistema de Acesso à Informação (SIC).

5 –DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio

a) Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

O órgão atende, em sua maior parte, as NBC T acima indicadas. Os procedimentos de adoção da NBCT 16.10 estão descritos no item “f” (a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido). No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação. No entanto, as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável), estão com implantação em andamento.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima

Quanto ao reconhecimento e mensuração do intangível, encontra-se em fase de levantamento dos itens que o compõem, principalmente os sistemas corporativos do Ministério, e de negociação com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial para aplicação ao caso. Esse aprimoramento também está ocorrendo com a reformulação do Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

No âmbito deste Ministério da Fazenda não há itens patrimoniais sujeitos à exaustão.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

Consiste no disposto no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações. Além disso, é utilizada metodologia constante da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais.

Ativo Imobilizado – Bens Móveis

É utilizada metodologia constante do Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, além da definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 123110505 - Aeronaves e 123110506 - Embarcações, não previstos na referida macrofunção.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN/MF e comunicado à SPU/MPOG.

Ativo Imobilizado – Bens Móveis

A metodologia é a definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

e) Taxas utilizadas para os cálculos

Para a depreciação, são utilizadas as seguintes taxas:

Quadro 1 - Taxas utilizadas para depreciação

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (10%)
123110505	Aeronaves	10	10
123110101	Aparelhos de medição e orientação	15	10
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
123110103	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont.,laborat. e hospitalares	15	20
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
123110900	Armamentos	20	15
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
123110403	Discotecas e filmotecas	5	10
123110506	Embarcações	20	10
123110118	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
123110105	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
123110106	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
123110107	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
123110108	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
123110125	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
123110201	Equipamentos de processamento de dados	5	10
123110302	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
123110109	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
123110121	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
123110120	Máquinas, equipam. e utensílios. agric./agrop. e rodoviários	10	10
123110303	Mobiliário em geral	10	10
123110110	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10
123110501	Veículos diversos	15	10
123119909	Pecas não incorporáveis a imóveis	10	10

123110503	Veículos de tração mecânica	15	10
123110114	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
123110112	Acessórios para automóveis	5	10
123110116	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
123110113	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

f) Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Abaixo são descritas as principais metodologias adotadas no âmbito do Ministério da Fazenda para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

f.1) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial ou a qualquer tempo.

f.2) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f.3) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f.4) Diferido

O ativo diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. Este Ministério não dispõe de registros contábeis neste item.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício

O primeiro impacto corresponde ao reconhecimento de fatos anteriormente não apurados a exemplo da constituição de ajustes para perdas no ativo e da constituição das provisões, dentre outros.

O segundo impacto diz respeito à aproximação entre as informações dispostas nas demonstrações contábeis geradas no setor público e as do setor privado, contribuindo, inclusive, com a implantação do sistema de custos previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

5.2 – Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), na condição de órgão setorial do Sistema de Contabilidade Federal, é responsável pela “Frente de Custos do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF)”, programa criado em 2011 e coordenado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica, da Secretaria Executiva do MF (SGE/SE/MF).

A Frente foi institucionalizada por meio da Portaria GMF nº 324, de 24/07/2014, a qual estabelece que o Comitê Estratégico de Gestão (CEG), órgão colegiado do MF, tem por competência e finalidade estabelecer políticas relacionadas à gestão de custos, dentre outros, podendo solicitar aos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MF quaisquer informações necessárias para a realização dos seus trabalhos (art. 2º).

A Resolução nº 6/CEG, de 10 de dezembro de 2014, aprovou a criação do Comitê de Gestão do Modelo de Mensuração dos Custos – CMCUSTO. O Comitê tem por finalidade elaborar políticas e diretrizes relativas à mensuração dos custos no âmbito do MF.

A descrição detalhada das metodologias utilizadas se encontra no Manual de Mensuração dos Custos, de adoção obrigatória por parte das unidades do Ministério, disponível no seguinte endereço eletrônico da internet: <http://www.pmimf.fazenda.gov.br/frentes-de-atuacao-do-pmimf/custos/arquivos-para-download>. A 1ª edição do Manual foi editada mediante Portaria SPOA nº 498, de 17 de dezembro de 2014, válida para o exercício de 2015. Em 29 de dezembro de 2015 foi publicada a sua 2ª edição, por meio da Portaria SPOA nº 558, válida para 2016.

a) Identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados

As unidades que tem os seus custos apurados correspondem aos órgãos que participam do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda – PMIMF, ou seja, toda a administração direta do Ministério, descritos a seguir:

- Gabinete do Ministro da Fazenda;
- Secretaria Executiva;
- Escola de Administração Fazendária;
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- Receita Federal do Brasil;
- Secretaria de Assuntos Internacionais;
- Secretaria de Assuntos Econômicos;
- Secretaria de Política Econômica;
- Secretaria do Tesouro Nacional;
- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
- Conselho Nacional de Política Fazendária;
- Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;
- Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização.

b) Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

O sistema utilizado no Ministério é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC.

Conforme definição da Secretaria do Tesouro Nacional, o SIC é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan (SIOP), para a geração de informações.

A informação de custo surge a partir de ajustes efetuados na informação inicial obtida do SIAFI. O estágio da despesa orçamentária que mais se aproxima da informação de custo é o da liquidação, sendo, portanto a despesa liquidada o ponto de partida da informação que deve alimentar o sistema de custos.

Os ajustes contábeis são efetuados em duas etapas. Na primeira, o ajuste inicial consiste na identificação e carregamento de informações baseadas em contas contábeis que trazem a informação orçamentária e não orçamentária, ajustando-se por acréscimo ou exclusão dos valores, conforme conceitos de contabilidade de custos. A segunda etapa do ajuste consiste na exclusão de informações que estejam nas contas acima, mas que não compõem a informação de custo.

Sua existência atende ao art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que obriga a Administração Pública a manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. E, conforme a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, compete à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

c) Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

Para fins de definição dos objetos para alocação dos custos incorridos e apurados no SIAFI, foi utilizada a Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda, que corresponde ao conjunto de todos os macroprocessos corporativos (finalísticos e de estratégia, gestão e suporte), executados de forma inter-relacionada pelos órgãos responsáveis pela entrega de valor para a sociedade. A utilização da Cadeia de Valor se justifica, portanto, pelo fato dela representar da melhor forma a descrição dos serviços resultantes da atuação do Ministério, especialmente decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos. Adicionalmente, o SIC produz de forma automática informações de custos baseados nas classificações programática, institucional, por unidade gestora responsável e por natureza, dentre outras.

Para os objetos de custo, foi desenvolvida uma codificação de associação de números relacionados à Cadeia de Valor, da seguinte forma.

1º) O primeiro dígito identifica o tipo de cadeia, que pode ser finalística (número 1) ou de estratégia, gestão e suporte (número 2).

2º) O segundo dígito identifica o título da cadeia, relacionado ao valor que é entregue à sociedade. Foram identificados 9 títulos para a cadeia finalística e 8 para a cadeia de estratégia, gestão e suporte.

3º) O terceiro e o quarto dígitos identificam os objetos de custos, que são relacionados aos macroprocessos. Foram identificados 29 macroprocessos da cadeia finalística. Além disso, foram estabelecidos 8 macroprocessos da cadeia de estratégia, gestão e suporte como objetos de custo.

4º) O quinto e o sexto dígitos identificam o órgão beneficiado pelos custos incorridos. São os mesmos atores elencados no PMIMF, ou seja, quinze órgãos da administração direta do Ministério da Fazenda.

Tendo em vista a representatividade dos custos do Ministério, foram estabelecidas sistemáticas específicas no tratamento dos valores apurados, observando os seguintes grupos:

- 1) Pessoal, encargos e custeio na folha de pagamento (pessoal ativo, contribuições previdenciárias, assistência médica, auxílio alimentação, auxílio transporte) – leva-se em conta a departamentalização e verifica-se a participação do custo de cada unidade organizacional aos objetos de custo do órgão;
- 2) Sistemas informatizados – a apropriação é realizada através da participação dos custos com sistemas informatizados em cada objeto de custo finalístico ou de estratégia, gestão e suporte; e
- 3) Demais custos (diárias, passagens, serviços, consumo de material etc) – são alocados conforme o benefício que a despesa gera em relação ao objeto de custo (macroprocesso). Observa-se que se forem relativos a despesas administrativas (ex. telefone, água, energia elétrica, vigilância etc) não são alocados nos objetos finalísticos, mas nos objetos de estratégia, gestão e suporte.

O método de custeio predominante é o direto, com adoção de rateio para alguns custos indiretos.

d) Impactos na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

As informações sobre os custos são utilizadas no âmbito do órgão por meio da realização de reuniões periódicas de monitoramento da Cadeia de Valor, em nível estratégico, além da disponibilização de relatórios aos gestores em todos os níveis.

e) Relatórios para análise de custos e tomada de decisão

Foi desenvolvido um modelo de relatório utilizando dados dos objetos de custo por macroprocessos finalísticos e de estratégia, gestão e suporte, com detalhamento em folha de pagamento, tecnologia da informação e demais custos, por órgão. Também são disponibilizados aos órgãos relatórios de custos de programa e ação conjugados por unidade orçamentária e grupo de natureza de despesa, além de relatórios de custo de pessoal por unidade organizacional e relatórios de custeio por unidade gestora, executora e responsável, todos demonstrando a alocação dos custos aos seus objetos.

5.3 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 2 - Balanço Patrimonial

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO/MF
 ÓRGÃO 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SUPERIOR 2015
 EXERCÍCIO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 PÉRIODO 29/01/2016
 EMISSÃO VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	15.999,32	-	PASSIVO CIRCULANTE	15.999,32	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.999,32	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31,44	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empreéstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-		15.967,88	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			-
Estoques	-	-			-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	894.777,27	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-		TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	15.999,32
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			-
(-) Red. do Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			-
Propriedades para Investimento	-	-			-
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	894.777,27	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	290.636,49	-
Imobilizado	NOTA	894.777,27	Resultados de Exercícios Anteriores	604.140,78	-
1 Bens Móveis		894.777,27	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis		1.508.321,18			-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-613.543,91			-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-			-
Bens Imóveis		-			-
Bens Imóveis		-			-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-			-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-			-
Intangível		-			-
Softwares		-			-
Softwares		-			-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-			-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-			-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-			-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-			-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-			-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-			-
Direitos de Uso de Imóveis		-			-
Direitos de Uso de Imóveis		-			-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-			-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-			-
Diferido		-			-
Diferido		-			-
(-) Amortização Acumulada		-			-
TOTAL DO ATIVO		910.776,59	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		910.776,59

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	15.999,32	-	PASSIVO FINANCEIRO	15.999,32	-
ATIVO PERMANENTE	894.777,27	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	894.777,27	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	119.888,46	-
ATIVOS			PASSIVOS		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	119.888,46	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	119.888,46	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-			-
TOTAL		-	TOTAL	119.888,46	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

Nota 1 - Imobilizado

O imobilizado representa o montante dos bens destinados à manutenção das atividades da entidade ou órgão ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

A composição do “Ativo Imobilizado” pode ser visualizada no quadro a seguir:

Tabela 1- Composição Imobilizado

Conta	Descrição	31.12.2015	31.12.2014	Var. %
123100000	Bens móveis	1.508.321,18	1.165.133,16	29,5
123810100	Deprec. Acum. bens móveis	(613.543,91)	(560.992,38)	9,3

Fonte: Siafi.

Os bens móveis são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Ministério da Fazenda. Este controle abrange os bens próprios da unidade e os bens de terceiros que estão sob a sua guarda e uso. Este sistema está integrado com o SIAFI.

a) Depreciação

O registro da depreciação é aplicado aos elementos do ativo imobilizado que têm vida útil econômica limitada, e possui como característica fundamental a redução do valor do bem, de maneira a representar a apropriação do seu custo ao longo do tempo. É registrada em elementos patrimoniais tangíveis e tem múltiplas causas da redução do valor – o uso, a ação da natureza e obsolescência, de forma que se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso.

b) Depreciação dos Bens Móveis

As informações da depreciação dos bens móveis deste Ministério da Fazenda são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI;
- A definição do valor residual de 10% correspondente ao percentual de maior incidência em relação aos bens classificados nas contas vinculadas aos veículos de transporte de passageiros, carga e outros, conforme definido no Manual SIAFI.

Quadro 3 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO/MF
 ÓRGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 29/01/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.513.390,04	-
Impostos	7.884.875,61	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	7.884.875,61	-
Contribuições	244.886,69	-
Contribuições Sociais	244.886,69	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	316,99	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	316,99	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.860.928,81	-
Transferências Intragovernamentais	2.264.664,82	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	596.263,99	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	143.674,99	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	143.674,99	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.378.706,95	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.378.706,95	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.222.753,55	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	664.308,91	-
Uso de Material de Consumo	3.997,97	-
Serviços	515.179,50	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	145.131,44	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	267,00	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	267,00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	11.539.386,21	-
Transferências Intragovernamentais	11.373.492,15	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	165.894,06	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	15.967,88	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	15.967,88	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.823,55	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.823,55	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	290.636,49	-

VARIACOES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

2015 2014

Quadro 4 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO/MF
 ÓRGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 29/01/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-122.277,67	-
INGRESSOS	11.773.184,06	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	11.773.184,06	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.264.664,82	-
Arrecadação de Outra Unidade	9.508.519,24	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-11.895.461,73	-
Pessoal e Demais Despesas	-521.169,58	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-800,00	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-800,00	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-11.373.492,15	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.398,00	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.398,00	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.398,00	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-5.398,00	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-127.675,67	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	143.674,99	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15.999,32	-

Quadro 5 - Balanço Financeiro

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO/MF
 ÓRGÃO 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SUPERIOR 2015
 EXERCÍCIO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 PERÍODO 29/01/2016
 EMISSÃO 29/01/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	527.399,02	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	310.060,81	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	217.338,21	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	217.338,21	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.264.664,82	1.684.828,14	Transferências Financeiras Concedidas	11.373.492,15	-
Resultantes da Execução Orçamentária			Resultantes da Execução Orçamentária	989.058,16	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	-	-	Sub-repasso Concedido	989.058,16	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	579.836,68		Independentes da Execução Orçamentária	10.384.433,99	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	12.236,68		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	294.981,75	-
Demais Transferências Recebidas	276.500,00		Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	291.100,00		Movimento de Saldos Patrimoniais	10.089.452,24	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	9.508.550,68		Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	31,44		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	9.508.519,24		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-		Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-		Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-		Transferência da Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-		Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-		Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-		Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-		Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-		Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	-			-	-
Saldo do Exercício Anterior	143.674,99		Saldo para o Exercício Seguinte	15.999,32	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	143.674,99		Caixa e Equivalentes de Caixa	15.999,32	-
TOTAL	11.916.890,49		TOTAL	11.916.890,49	-

Quadro 6 - Balanço Orçamentário

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO/MF
 ÓRGÃO 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
 EMISSÃO 29/01/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES					
Receitas Tributárias	-	-	-	-	
Impostos	-	-	-	-	
Taxes	-	-	-	-	
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	
Contribuições Sociais	-	-	-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-	
Receita Patrimonial	-	-	-	-	
Recetas Imobiliárias	-	-	-	-	
Recetas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-	
Compensações Financeiras	-	-	-	-	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-	
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-	
Outras Recetas Patrimoniais	-	-	-	-	
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	
Receitas Industriais	-	-	-	-	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	
Receitas de Serviços	-	-	-	-	
Transferências Correntes	-	-	-	-	
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	
Transferências de Exterior	-	-	-	-	
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	
Transferências de Convênios	-	-	-	-	
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-	
Indenizações e Restituições	-	-	-	-	
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-	
Recetas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-	
Rec. Decorr. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-	
Recetas Correntes Diversas	-	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	
Operações de Crédito	-	-	-	-	
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	
Alienação de Bens	-	-	-	-	
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	
Transferências de Capital	-	-	-	-	
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	
Transferências de Exterior	-	-	-	-	
Transferência de Pessoas	-	-	-	-	
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	
Transferências de Convênios	-	-	-	-	
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-	
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-	
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-	
Recetas de Capital Diversas	-	-	-	-	
RESOURCES ARRECADCADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-	
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	
Mobilária	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	
Mobilária	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	
DÉFICIT	-	-	-	527.399,02	527.399,02
TOTAL	-	-	-	527.399,02	527.399,02
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	522.001,02	522.001,02	521.969,58	-522.001,02
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	522.001,02	522.001,02	521.969,58	-522.001,02
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	5.398,00	5.398,00	5.398,00	-5.398,00
Investimentos	-	-	5.398,00	5.398,00	5.398,00	-5.398,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	527.399,02	527.399,02	527.367,58	-527.399,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	527.399,02	527.399,02	527.367,58	-527.399,02
TOTAL	-	-	527.399,02	527.399,02	527.367,58	-527.399,02

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

5.4 – Informações sobre a conformidade contábil

a) Processo de verificação da conformidade contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências na transação >CONDESAUD relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

A seguir é apresentada a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidade Gestora Executora
170003- Setorial de Contabilidade do MF	SEAE	01	170004

No que tange à segregação de função no registro da conformidade, o processo ocorre em observância às seguintes normas:

- Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 (Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Fazenda)

Art. 5º À Secretaria-Executiva compete:

(...)

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, Nacional de Arquivos - SINAR, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira do Governo Federal, de Organização e Inovação Institucional e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

- Portaria GM/MF nº 81, de 27 de março de 2012 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda)

Art. 24. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

(...)

Art. 31. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil compete:

(...)

Art. 40. À Coordenação de Análise Contábil compete:

(...)

IV - proceder à conformidade contábil dos registros dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras da administração direta do Ministério da Fazenda;

- Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências)

Art. 9º As competências de órgão setorial de contabilidade, previstas no art. 8º, poderão ser delegadas a órgão ou unidade que comprove ter condições de assumir as obrigações pertinentes, de acordo com normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

A seguir são apresentadas as ocorrências observadas durante o exercício, desdobradas por unidade gestora.

170004-SEAE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

c) Ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão e as justificativas da não regularização

Não houve ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão.

11.7 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
Secretaria de Acompanhamento Econômico	170004		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	05 de fevereiro de 2016
Contador Responsável	Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	CRC nº	019.051/O – 3 DF

6 – ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade

Ao final de 2015, a Secretaria contava com um total de 111 colaboradores (servidores com vínculo, servidores sem vínculo, terceirizados e estagiários), sendo 76 na área finalística e 35 na área de gestão e apoio logístico. Deste total, 47% dos colaboradores são do sexo feminino. O tempo médio de permanência na SEAE é de 4 anos na área finalística e de 8 anos na área de gestão. A idade média dos colaboradores é de 40 anos. Na área finalística, 97% dos colaboradores possuem nível superior completo, ao passo que na área de gestão esse número cai para 29%. A maior parte dos colaboradores da área finalística tem graduação na área de Economia e tem o domínio de mais de um idioma. Os quadros a seguir apresentam os dados situacionais dos recursos humanos da SEAE.

Quadro 1 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	59	17	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	59	17	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	36	7	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	13	7	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	8	2	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	37	9	15
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	96	26	25

Fonte: SEAE/MF

Quadro 2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	10	49
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	10	49
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9	27
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	12
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	8
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	10	27

4. Total de Servidores (1+2+3)	20	76
---------------------------------------	-----------	-----------

Fonte: SEAE/MF

Quadro 3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		81	22	23
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	28	6	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	13	5	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	3	2	1
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	37	9	15
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas		6	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		87	22	23

6.1.2 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em 2015, a Seae se ressentiu, novamente, do fato de não contar com um sistema institucional de recrutamento e seleção de seus servidores. Contudo, embora careça de uma carreira específica, a Seae entende que o Ministério da Fazenda possui carreiras de servidores bem preparados, com formações acadêmicas adequadas, que poderiam atender as necessidades da Secretaria.

Há inevitáveis efeitos negativos decorrentes da impossibilidade de provisão periódica de mão de obra qualificada, entre eles, destacam-se a elevada rotatividade de pessoal que dificulta a formação de uma cultura organizacional própria que contribua efetivamente para o contínuo fortalecimento da instituição no desempenho de suas atividades. Apenas para ilustrar esta questão da alta rotatividade de pessoal, em 2015, 23% do quadro técnico da área finalística deixou a SEAE.

6.1.3 – Contratação estagiários

O Quadro 21 visa demonstrar a composição do quadro de estagiários da Secretaria e contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na área fim ou na área meio.

Quadro 22 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					

1.2 Área Meio	2	3	2	2	
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	2	3	2	2	

Fonte: SEAE/MF

Não serão fornecidas neste Relatório as informações relacionadas: à composição dos quadros de servidores inativos e pensionistas; aos custos de pessoal e de estagiários; ao cadastramento de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC); aos contratos de terceirização de mão de obra; às providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos; e aos indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Essas informações deverão ser obtidas no Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPOA) por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) desta Unidade do Ministério da Fazenda.

6.2 – Gestão de Tecnologia da Informação

6.2.1 – Plano Estratégico de TI

A Secretaria de Acompanhamento Econômico é um órgão específico e singular diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda e em função disso, não possui Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (TI) específico. Toda a parte do planejamento estratégico de TI está contida no Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda, o qual pode ser obtido na intranet do Ministério (<http://intraspoa.fazenda/spoa/index.php>).

As atividades do comitê gestor de TI são coordenadas pela Secretaria Executiva por meio da Subsecretaria de Planejamento Estratégico, que conduz o Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda.

A SEAE vem, gradativamente, implementando um processo de otimização da gestão dos recursos tecnológicos, resultante de várias medidas adotadas com o objetivo de tornar mais racional e eficiente a utilização desses recursos. Dentre as medidas, podem ser destacadas as seguintes:

- a) a manutenção dos *hardwares*, dos *softwares* e de seus respectivos recursos continua sendo preventiva, antecipando-se aos problemas que porventura possam ocorrer, reduzindo custos operacionais;
- b) a racionalização do modelo de contratação dos serviços, possibilitando economia dos recursos originalmente alocados;
- c) a utilização de rotinas operacionais de suporte a usuários, que englobam desde a disponibilização de recursos de TI, criação de perfis e orientações de utilização dos recursos;
- d) a otimização dos Sistemas *Littera* (fluxo de processos e documentos), RH - Recursos Humanos com a implementação de novas versões, com ajustes e novos recursos. Além disso, a disponibilização de informações para os usuários internos por meio da Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e a disponibilidade de informações, via *Web*, para a sociedade em geral.

A Secretaria utiliza os serviços de infraestrutura tecnológica providos pelo SERPRO, que disponibiliza uma rede de computadores segura e com bom desempenho. Cabe ressaltar que os serviços prestados são compatíveis com as nossas necessidades, mas quando há algum incidente são enviadas ao

Serpro notificações de indisponibilidade ou de atendimento parcial no acesso a Sistemas Corporativos, Correio Eletrônico e hospedagem do sítio da SEAE - <http://www.seae.fazenda.gov.br>. Este contrato é controlado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPOA/MF e pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - COGTI, cabendo à SEAE o monitoramento e fiscalização dos serviços prestados à Secretaria.

Os recursos computacionais disponíveis aos usuários buscam seguir o padrão de mercado. Há um trabalho contínuo no Ministério da Fazenda que visa à substituição gradativa dos equipamentos que se tornam obsoletos.

As impressoras disponíveis na Secretaria são objeto de contratação de locação pela SPOA/MF, que realizou a última licitação em 2015 com o objetivo de substituir e modernizar os equipamentos. Em linhas gerais, o objeto dos contratos refere-se à prestação de serviço de reprografia, mediante fornecimento e instalação de equipamentos e pagamento por cópia impressa.

O cabeamento lógico e elétrico também é objeto de contrato entre a SPOA/MF e a empresa *Atlanta*.

Os equipamentos servidores que hospedam a Intranet e Aplicativos Lotus Notes são gerenciados pelo Centro de Processamento de Dados da SPOA sob a responsabilidade técnica da COGTI desde maio de 2013.

Em outubro de 2013, foi assinado um novo contrato entre a SPOA (contrato 20/2013) e o SERPRO, sendo que muitos dos valores dos serviços foram atualizados e foi revista a forma de controle e gestão do contrato, que passou a ser mais centralizado na COGTI. Sendo que em meados de outubro de cada ano outro aditivo é assinado.

A SEAE por intermédio da SPOA/MF, em outubro de 2013, assinou o contrato (26/2013) com a empresa Supera. A contratação tem como objeto a consultoria técnica em ambiente Lotus Notes e a prestação de serviços técnicos especializados aplicáveis ao desenvolvimento e melhoria de sistemas informatizados por meio da modalidade de fábrica de software, utilizando a métrica de pontos de função. Em outubro de 2015 o contrato foi renovado.

A Secretaria, durante o primeiro semestre de 2014, elaborou toda a documentação preconizada pela IN04 para realizar aquisição que visava a adequação das licenças de Lotus Notes. Todos os documentos foram encaminhados para SPOA e COGTI em meados de julho para que a aquisição fosse realizada. Esta aquisição foi celebrada em outubro de 2015.

6.2.1.2 – Bases de Dados Estatísticas

A Secretaria disponibiliza para os seus servidores acesso a agências e bases de dados de empresas, pagas ou por meio de convênios, que disponibilizam várias informações como: notícias, análises, gráficos, balanços financeiros, relatórios, estatísticas setoriais, cotações, estudos macroeconômicos; acesso em tempo real à conjuntura econômica, agricultura e pecuária (Agência Estado - Broadcast); legislação, acervo de notas administrativas e bases de jurisprudência (Datalegis); Diário Oficial da União (Imprensa Nacional); serviço informativo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (OLISNext – OCDE); rede de reportagem global para informações financeiras, notícias, tecnologia, galeria de fotos, produtos e outros itens; banco de dados com indicadores antecedentes e coincidentes da atividade econômica – FGV Confiança; Índice de Preços – FGV – Dados Premium; Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Legislação Consolidada – GERLEGIS; Portal de Periódicos – CAPES, *BloomBerg* e *Eviews*.

Os Sistemas Corporativos são acessados por meio da Rede SERPRO e são ferramentas importantes tanto para a área de Gestão (COMPROMT, SIADS, SIAFI, SIAPE e SIASG) quanto para a área finalística (CPF-CNPJ, LINCE e SISBACEN). Além desses, há também sistemas WEB, tais como: COMPROMT; DEMANDAS e o SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.

6.2.2 – Principais Sistemas de Informação

6.2.2.1 - Sistema Littera

Este sistema, cujo início de operação na SEAE remonta ao ano de 2002, tem como finalidade o acompanhamento, o gerenciamento e o controle de Processos e documentos gerados, recebidos, tramitados e arquivados na Secretaria. O sistema inicialmente contemplava somente os processos de atos de concentração, mas com o passar do tempo, outros fluxos foram implementados para atender às demais coordenações. Em 2013, em função da alteração de atribuições da Secretaria, alguns fluxos de processo desenvolvidos no Littera foram inativados, como por exemplo, atos de concentração, averiguação preliminar, processo administrativo de multa e denúncia.

Atualmente, o Littera apresenta os seguintes fluxos de processo: Redução Tarifária, Prêmios e Sorteios (Autorização e Prestação de Contas), Atos Normativo, Análise de Interesse Público, Consulta Defesa da Concorrência, Consulta Jurídica, Processo Administrativo CMED e catálogo de pareceres, o qual utiliza Xpage na plataforma Lotus Notes. Este aplicativo permite armazenar as informações referentes aos questionamentos submetidos à PGFN, bem como, o entendimento da PGFN sobre o fato. Neste produto, cada coordenação pode cadastrar os seus pareceres e incluí-los de forma digitalizada (*.PDF) para que sejam realizadas pesquisas posteriores.

Na Plataforma *Lotus Notes*, na qual foi desenvolvido o Sistema *Littera*, os aplicativos continuaram a ser aprimorados, inclusive com projetos para migração do sistema para plataforma de software livre, utilizando-se de navegadores (browser) em vez de licenças por usuário.

Em função do amadurecimento das práticas de governança de TI adotadas pela SEAE, é empregado um controle das manutenções evolutivas e corretivas dos sistemas desenvolvidos na plataforma *Lotus Notes*. Controla-se quais demandas dos usuários serão atendidas, quantos pontos de função cada Ordem de Serviço – OS possui e quanto tempo será gasto em cada uma delas. Além disso, utiliza-se um fluxo de aprovação das Ordens de Serviço (OS), onde o solicitante oficializa o pedido por escrito, a área de TI e a Chefia de Gabinete avaliam a pertinência do pedido em função do custo, tempo de desenvolvimento e benefícios para a organização. Uma vez autorizada, a OS é codificada, testada e homologada pela área de TI e o usuário solicitante em ambiente de homologação. Depois do procedimento de homologação a OS é colocada em produção.

Durante o ano de 2015, foram demandadas 24 ordens de serviço, sendo que 2 OS foram canceladas. Há uma demanda de 2014 que foi suspensa – migração do sistema da plataforma *Lotus Notes* para Java, por três motivos: indefinições da arquitetura tecnológica do sistema, limitação do quantitativo do quadro de pessoas da secretaria para acompanhar o projeto e limitação orçamentária. Das 24 ordens de serviço efetivamente desenvolvidas 11 foram de consultoria/ suporte no ambiente *Lotus Note*. Em dezembro de 2014, haviam 13 demandas catalogadas para serem desenvolvidas em 2014. As principais implementações nos sistemas, nesse ano, ficaram a cargo do aprimoramento do fluxo do processo de análise de promoções comerciais.

6.2.2.2 – Sistemas RH e RTI, Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo)

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos (RH) disponibiliza a pasta funcional de todos os servidores da Secretaria, ativos e inativos, incluindo informações sobre formação acadêmica e participação em cursos e eventos, além de recursos para marcação eletrônica e controle das férias. A partir do ano de 2008, o Sistema foi implantado em mais três órgãos do Ministério da Fazenda: Secretaria de Política Econômica (SPE), Gabinete do Ministro e Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN). O Sistema RH está integrado com o Sistema de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais (RTI), que

disponibiliza o cadastro de toda infraestrutura tecnológica e de sistemas de informações existentes na SEAE, vinculando aos ativos disponibilizados para cada colaborador.

6.2.2.3 – Sistema de Controle de Promoções Comerciais - SCPC e Sítio Internet SEAE

Em meados de fevereiro de 2013, foi iniciado o desenvolvimento dos sistemas SCPC e a nova Internet da SEAE junto ao SERPRO. O primeiro permitirá por parte das empresas a formalização das promoções comerciais de forma integrada. Conterá integrações com a Receita Federal, INSS (certidão negativa de débitos previdenciários) e STN (sistema SIAFI – Para geração de GRUs e DARFs) para identificar a situação do requerente. Este sistema permitirá também, consultar as informações dos ganhadores das promoções comerciais que foram cadastrados no Sistema do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

O SCPC possuirá três módulos, durante o ano de 2015 houve replanejamento do projeto, sendo que está previsto para ser colocado em produção o primeiro módulo em meados de agosto 2016. Este módulo é responsável pela autorização das promoções comerciais. O segundo módulo será responsável pela prestação de contas e o terceiro será responsável por fornecer informações gerenciais do sistema. Este projeto está alinhado ao Plano Estratégico do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda, PEC 11.

O novo sítio Internet da SEAE, o qual faz parte do portal único do Ministério da Fazenda foi desenvolvido durante o ano de 2014 e foi colocado em produção em 2015 no endereço <http://www.seae.fazenda.gov.br/>, sendo que os custos de desenvolvimento do portal único do Ministério da Fazenda ficaram a cargo da SPOA/COGTI.

6.2.2.4 - Recursos Humanos Envoltos

Atualmente, a COGES II possui quatro colaboradores e dois estagiários. Todos possuem formação acadêmica na área de TI, três servidores tem formação em desenvolvimento de sistemas, um servidor e dois estagiários tem formação na área de redes (infraestrutura). Somente um dos colaboradores possui vínculo com a administração pública, é servidor em exercício descentralizado do quadro do ministério do Planejamento e Orçamento e pertence ao cargo de Analista em Tecnologia da Informação. O plano de capacitação dos servidores está contido no item específico do Plano Diretor de TI do Ministério da Fazenda.

7 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

O TCU, consoante Acórdão nº 5195/2009, adotado em Sessão da 1º Câmara, de 25/09/2009, ao apreciar o processo nº 013.518/2008-5, que trata da Tomada de Contas da Seae relativa ao exercício de 2007, decidiu julgar as contas da Secretaria regulares e dar quitação plena aos responsáveis.

Para os exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2014 não existiu Processo de Tomada de Contas, somente a apresentação dos Relatórios de Gestão.

No ano de 2014 a Secretaria foi auditada pela Controladoria-Geral da União (CGU), Processo nº1801.000256/2014-58, referente ao exercício de 2013. Com base nos critérios de materialidade, relevância e criticidade, realizou ação de controle no macroprocesso finalístico de homologação e fiscalização de loterias. A CGU identificou a necessidade de aprimoramento nos controles desta Secretaria quanto às loterias federais e estaduais.

Entende a CGU que a Seae deveria possuir controle sobre a execução dos serviços das loterias federais e estaduais, papel esse de suma importância para que se obtenha razoável segurança de que as finalidades sociais para as quais as loterias foram criadas sejam cumpridas, por meio do controle de pontos críticos, considerando inclusive, conflitos de interesse e problemas de segregação de funções que possam existir no âmbito dos órgãos responsáveis pela execução dos serviços lotéricos.

A CGU entendeu necessário o mapeamento do processo das atividades lotéricas federais e estaduais; de criação de rotina de controle de arrecadação e distribuição dos valores arrecadados em cada modalidade de loteria federal e estadual; e de um processo de prestação de contas das loterias federais pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) e das estaduais pelos Estados que possuem loterias vigentes.

Além disso, CGU constatou, em auditoria, que a necessidade de definição pelo Órgão jurídico deste Ministério sobre se o percentual mínimo de distribuição em prêmios e para pagamento de custeio e manutenção da Loteria Federal – Instantânea estabelecida por norma geral elaborada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) estaria em consonância aos percentuais estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 204/1967.

Por fim a CGU, após análise da compatibilidade dos valores destinados ao custeio das despesas com a exploração de loterias federais, delineou cenários para: a) tarifa e comissão da CAIXA, b) comissão paga as unidades lotéricas, e c) repasses ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias (FDL). A partir dos cenários, a CGU entendeu ser relevante a mensuração da totalidade dos ganhos proporcionados em benefício da CAIXA, que tenham sido motivados, em sua origem, pela exploração da atividade lotérica federal.

Em função das observações da CGU, esta Secretaria elaborou o **Plano de Providências** estabelecendo ações e prazos para o cumprimento das observações daquele Órgão.

7.1. CONSIDERAÇÕES

Em 2015, a Secretaria de Acompanhamento Econômico atuou ativamente enquanto agente promotor da advocacia da concorrência. Com um perfil de trabalho voltado para os setores de telecomunicações, energia e infraestrutura urbana e recursos naturais, transportes e logística, esta Secretaria emitiu mais de 300 pareceres sobre regras regulatórias. Os resultados foram satisfatórios em todas as suas áreas de atuação.

Assim, por meio de suas manifestações em audiências públicas propostas pelas agências reguladoras, a Seae buscou fomentar a conscientização acerca da importância dos princípios da livre concorrência, no âmbito da administração pública, consoante com seu novo papel expresso na lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011.

Cabe ressaltar a atuação desta Secretaria nos projetos de Mobilidade Urbana do PAC, cujas obras têm recursos do Orçamento Geral da União (OGU), bem como fontes de recursos de financiamento de instituições financeiras federais, conforme Portaria nº 185, de 24 de abril de 2012. O investimento total aplicado no PAC Mobilidade Urbana está orçado em R\$ 153,7 bilhões, sendo R\$ 32,9 bilhões de recursos do OGU, R\$ 66,8 bilhões em financiamento e R\$ 54 bilhões em contrapartida dos Estados e Municípios. Os recursos estão aplicados em diferentes modais de transporte, tais como metrô, trem, veículos leves sobre trilhos (VLT), aeromóvel, monotrilho, *Bus Rapid Trans* (BRTs) e corredores de ônibus.

Em 2015, a Seae participou de reuniões sobre projetos de mobilidade urbana das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte para tratar das obras da Copa do Mundo do Brasil que não foram concluídas e que estão paradas ou em ritmo lento de execução. Como cenário fiscal é de restrição orçamentária, buscou-se adequar o ritmo das obras ao limite financeiro-orçamentário, principalmente quando se trata de obras já iniciadas.

Dentro do seu papel de promover a melhoria regulatória, esta Seae atuou nas seguintes áreas: (i) transporte urbano; (ii) contratações e concessões públicas; (iii) alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB); (iv) meio ambiente; (v) recursos hídricos; (vi) saneamento básico; e (vii) resíduos sólidos urbanos.

No que tange ao meio ambiente, a Seae promoveu junto aos órgãos responsáveis a atualização monetária dos preços dos serviços e produtos e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conforme autorizado pela MP nº 687/2015.

Ademais, a Seae manteve-se presente nos fóruns de alteração da Tarifa Externa Comum (TEC) e conduziu análises para alterações da tarifa de importação dos seguintes produtos: cápsulas de café torrado e moído, aparelhos para preparação de café em cápsulas, veículos elétricos, ácido acrílico, poliacrilato de sódio, preservativos e equipamentos de parques temáticos.

Em 2015, a Seae, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), revisou a Taxa Interna de Retorno (TIR) de referência a ser utilizada em leilões de empreendimentos no âmbito do Programa de Investimentos em Logística 2 (PIL 2), que abrange as áreas de concessão de aeroportos, ferrovias e rodovias, além de arrendamentos portuários.

No setor portuário a Seae se manifestou no âmbito das audiências públicas promovidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), apresentando sugestões de melhoria nas propostas e aperfeiçoamentos nos procedimentos de análise de impacto regulatório realizados pela agência, notadamente quanto à: identificação do fato que enseja a proposta de regulação; apresentação de justificativas para a proposta; e avaliação dos impactos da proposição.

Destacamos, ainda, a participação da Seae no âmbito do Comitê Técnico-Executivo da Câmara de Regulação de Mercado de Medicamento (CMED). A participação da SEAE na CMED, junto ao seu Comitê Técnico-Executivo, envolve a elaboração de votos sobre recursos dos administrados nas questões de estabelecimento de preços de entrada de medicamentos e multas por vendas ao governo por preços acima

do teto legal. É importante destacar que, em 2015, a SEAE colaborou para a revisão da metodologia de cálculo do Fator X.

No setor de energia, a Secretaria participou das Salas de Situação do Programa da Aceleração do Crescimento (PAC) e acompanhou as ações de infraestrutura do Setor de Energia Elétrica – Geração e Transmissão e no Setor de Petróleo e Gás Natural. Além do mais, a SEAE participou de reuniões técnicas setoriais associadas aos seguintes fóruns: Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (CEIB), Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (CIMA) e Mesa Tripartite de acompanhamento do abastecimento de etanol no mercado doméstico.

Com relação ao acompanhamento de mercados, merece destaque as seguintes atividades: relatórios e estudos de mercado decorrentes do PEC 201210, acompanhamento de mercados de commodities, análise trimestral de empresas, e elaboração de estudos de mercado eventuais. Foram realizados estudos de mercado específicos, em atenção às demandas do Secretário, para os setores de máquinas e equipamentos, siderúrgico, automobilístico e químico.

No que se refere à autorização e homologação de promoções comerciais e loterias, manteve-se intenso o trâmite de processos administrativos de autorização de promoções comerciais. Quanto à atividade de captação antecipada de poupança popular, definida como operação comercial envolvendo a venda ou promessa de venda de bens, direitos ou serviços de qualquer natureza, mediante oferta pública e o pagamento antecipado do preço para entrega futura e certa, disciplinada pela Portaria nº 54, de 22 de julho de 2008, do Secretário de Acompanhamento Econômico, houve necessidade de se realizarem ações de fiscalização, para fins de proteção da economia popular.